

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXX

FLORIANÓPOLIS, 8 DE JUNHO DE 2021

NÚMERO 7.865

MESA

Mauro de Nadal
PRESIDENTE

Nilso Berlanda
1º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
2º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Alba
1º SECRETÁRIO

Rodrigo Minotto
2º SECRETÁRIO

Padre Pedro Baldissera
3º SECRETÁRIO

Laércio Schuster
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: José Milton Scheffer
Vice-Líder:

**BLOCO PARLAMENTAR
MDB/NOVO**

Lideranças dos Partidos
MDB NOVO
Valdir Cobalchini Bruno Souza

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO PSD/PSC

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos:
PSD PSC
Ismael dos Santos Jair Miotto

BLOCO PARLAMENTAR PSL/PL

Líder: Ana Campagnolo
Lideranças dos Partidos:
PSL PL
Ana Campagnolo Ivan Natz

BLOCO PARLAMENTAR PP/PSB

Líder: João Amin
Lideranças dos Partidos:
PP PSB
Silvio Dreveck Nazareno Martins

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO REPUBLICANO PDT/PSDB/PR

Líder: Marcos Vieira
Lideranças dos Partidos:
PDT PSDB PR
Paulinha Dr. Vicente Caropreso
Sérgio Motta

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Milton Hobus - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Coronel Mocellin
Fabiano da Luz
Paulinha

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Jair Miotto
João Amin

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jerry Comper
Romildo Titon
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Milton Hobus

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Volnei Weber
Neodi Saretta
Dirce Heiderscheidt
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Volnei Weber - Presidente
Sargento Lima - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Marcius Machado
Fabiano da Luz
Paulinha
Julio Garcia
Jair Miotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Marcius Machado
Luciane Carminatti
Marlene Fengler

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Ada De Luca
Sargento Lima
Dr. Vicente Caropreso
Fabiano da Luz
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Jerry Comper
Bruno Souza
Sargento Lima
Ana Campagnolo
Marlene Fengler
Julio Garcia
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Volnei Weber
Coronel Mocellin
Neodi Saretta
Marcos Vieira
Marlene Fengler

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Ada De Luca - Vice-Presidente
Bruno Souza
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
João Amin

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Natz - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Fabiano da Luz
Paulinha
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Jessé Lopes
Dr. Vicente Caropreso
Julio Garcia
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Sérgio Motta - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Romildo Titon
Felipe Estevão
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jerry Comper - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Fabiano da Luz
Sérgio Motta
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Coronel Mocellin - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Ada De Luca
Bruno Souza
Fabiano da Luz
Milton Hobus

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ana Campagnolo
Fernando Krelling
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Paulinha - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Romildo Titon
Bruno Souza
Marcius Machado

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ada De Luca
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Jair Miotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Marlene Fengler - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Felipe Estevão
Neodi Saretta
Jair Miotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Luciane Carminatti
Sérgio Motta
Jair Miotto

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Romildo Titon - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Neodi Saretta
Marlene Fengler
Silvio Dreveck

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX NESTA EDIÇÃO: 38 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>ATAS..... 2</p> <p>ATA DE PLENÁRIO2</p> <p>ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES7</p> <p>ATOS INTERNOS..... 29</p> <p>ATO DA MESA.....29</p> <p>PORTARIAS30</p> <p>PROJETOS E LEIS 31</p> <p>LEI31</p> <p>RELATÓRIOS..... 32</p> <p>RELATÓRIO DE BENS E SERVIÇOS.....32</p>
---	---	---

A T A S

ATA DE PLENÁRIO

ATA DA 045ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2021 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca – Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz – Fernando Krelling - Ismael dos Santos – Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper – Jessé Lopes - João Amin – José Milton Scheffer – Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti – Marcius Machado - Marcos Vieira – Marlene Fengler – Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal – Milton Hobus – Moacir Sopelsa - Nazareno Martins – Neodi Saretta – Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba – Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sergio Motta – Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Nilso Berlanda

DEPUTADO NILSO BERLANDA(Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Breves Comunicações

Não havendo oradores inscritos, passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

Partido: PSD

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) – Registra manifesto de repúdio pela suspensão da eleição do Conselho Municipal de Cultura de Blumenau, informando que o processo seletivo foi barrado com a alegação de que havia

excesso de candidatos evangélicos ao cargo. Entende que a atitude é discriminatória, é confinar um cristão, é querer manter evangélicos longe da cultura. Também avalia que qualquer pessoa, independente de religião, católico, ateu, espírita ou evangélico tem o direito constitucional de participar em qualquer área, inclusive na cultural. Lembra que o Doutor Hermann Blumenau fundou a Cidade, e era evangélico luterano.

Apela ao Prefeito de Blumenau e ao Presidente da Fundação Cultural para que retome o processo seletivo. Encerra, salientando que a decisão foi clara, no sentido de evitar a influência de princípios, valores morais e éticos, que os evangélicos defendem em todas as áreas, e lembra que discriminação religiosa é crime perante a Constituição Federal Brasileira. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PL

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) – Manifesta satisfação com a presença do Deputado Julio Garcia, dizendo que ele engrandece a Casa com a sua serenidade e liderança.

Demonstra preocupação muito grande com as rodovias, e fala da SC-282, que o Governo Federal de Dilma/Lula tocoram essa obra a passos de tartaruga. Diz que isso é lamentável para o Estado de Santa Catarina, que deu a maior votação ao Presidente Jair Bolsonaro, que não se tenha resposta em nível federal.

Relata que, enquanto se vê o Ministro Tarcísio, todos os dias, mostrando uma obra no norte, no nordeste, no sudeste, e até no Rio Grande do Sul, Santa Catarina está completamente esquecida pelo Governo Federal. Ressalta que a população, que não tem a quem recorrer, grita por seus Deputados. Afirma que tem feito um trabalho de cobrança, com vídeo, reunião, audiência pública, idas a Brasília, e o Ministro prometeu que a obra na SC-163 iria iniciar, em agosto do ano passado, e não começou.

Registra que os que saem de Itapiranga, passam pela SC-163, pela 282, pela 470, até chegar ao Porto de Itajaí, sendo um verdadeiro calvário aos motoristas com *containers*, que têm que ter muito cuidado. Diz que o Secretário Thiago, do Governo Moisés, está fazendo recortes no asfalto que dá uma segurança maior, é um reparo mais duradouro.

Esclarece que não fica longe, não fica em Brasília, não fica sem atender telefone, sem responder a um *whatsapp*, uma reclamação que as pessoas mandam e, quando é possível, já visita o local para atender essas demandas. Por exemplo, hoje à tarde, irá a Canelinha, Nova Trento, em Taió amanhã, em Salete, onde haverá a inauguração de um posto de saúde que obteve recursos do Governador Moisés. Também fala dos projetos que chegaram na Assembleia, com recursos de R\$100 milhões para ajudar os agricultores atingidos pela estiagem.

Reforça que essa luta tem que continuar, e tem conversado com o Senador Jorginho Mello para que se consiga cobrar do Governo Federal a solução para as rodovias do Estado.

Deputada Marlene Fengler (Aparteante) – Corroboras as palavras do Deputado, e menciona que, no início dessa legislatura, como coordenadora da Bancada do Oeste, foi a Brasília, falou com o Ministro Tarcísio, que prometeu a federalização dessa rodovia e até hoje não foi feita. Então, o Estado agora começa a fazer investimentos, e pede que seja feito um projeto de revitalização, pois hoje a responsabilidade é do Estado. Coloca que é um trecho muito importante, pois tudo que sai de Itapiranga, da JBS, é praticamente para exportação. *[Taquígrafa: Eliana]*

Partidos: PP

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Orador) – Fala que a maioria da população, principalmente as novas gerações, não têm conhecimento das atividades dos poderes, qual a incumbência do Executivo, do Judiciário, do Legislativo, do Ministério Público, confundindo as atribuições dos Vereadores, Prefeitos, Deputados estaduais e federais, Governadores e do Presidente da República. Discorre sobre as responsabilidades de cada poder, e diz que não se deve culpar estas pessoas, pois não receberam a informação correta.

Lembra do seu tempo de estudo, quando havia a disciplina OSPB, onde pode estudar e adquirir conhecimento sobre o assunto, mas, infelizmente, essa prática se perdeu. Propõe, através da Comissão de Educação, que o Ministério da Educação, o Conselho Federal de Educação, insira novamente essa disciplina nos bancos escolares.

Reforça que a população deve participar efetivamente da atividade política, pois assim se tem uma democracia sólida, com pessoas do bem participando, entendendo que a política é uma ciência. Espera que o Poder Público fortaleça a democracia através de seus políticos, respeitando a hierarquia entre os poderes, levando, assim, todos para um caminho de conhecimento político. *[Taquiografia: Guilherme]*

Ordem do Dia

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0373/2020 e à

Proposta de Emenda à Constituição n. 0006/2020.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0327/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0362/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0400/2021, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, solicitando, ao secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca das delegacias especializadas em proteção a crianças e adolescentes no Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0401/2021, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, solicitando, ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca dos dados referentes a casos de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0402/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, solicitando, ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Social, informações acerca do repasse do Estado aos municípios do valor das compras feitas aos produtores rurais no ano de 2021.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0403/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, solicitando, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca do andamento para apurar e punir os envolvidos na prática ilegal da farra do boi realizada no dia 23 de maio de 2021.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0404/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando, ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca do percentual por município e por fabricante da perda operacional das vacinas contra Covid-19 em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0405/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do total de recursos próprios empregados pelo Estado na recuperação das rodovias estaduais desde o ano 2019, até abril de 2021.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0406/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca do valor que o Estado deixou de repassar à união para pagamento da dívida, desde o início da sua suspensão.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0407/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Administração, informações acerca da implantação de teletrabalho para funções que não necessitem de atendimento externo.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0408/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins, solicitando, ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca do edital de licitação da rodovia SC-370, no trecho que liga as cidades de Urubici a Grão-Pará.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0409/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca dos valores recuperados pelo Estado em razão da não entrega dos respiradores.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0410/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins, solicitando, ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da aquisição de respiradores, por parte do Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0411/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca do termo de Contrato de Contratação Integrada firmado entre a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade e a Empresa MLA Construções Ltda.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0412/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Educação, informações atualizadas acerca da Escola de Educação Básica Aderbal Ramos da Silva.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0386/2021, de autoria do Deputado Ivan Naatz, manifestando apelo ao Presidente da República e ao Ministro da Economia, pela retomada dos procedimentos normais de avaliação e concessão de benefícios só normalize quando, de fato, cessar a pandemia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0387/2021, de autoria do Deputado João Amin, manifestando aplauso aos policiais militares e bombeiros que lograram êxito em retirar uma jovem do Rio Braço do Norte, salvando sua vida.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0388/2021, de autoria da Deputada Paulinha, manifestando aplauso a economista Claudine Anchite por ser a primeira mulher a presidir a Celesc.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0884/2021, 0885/2021, 0886/2021 e 0887/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 0888/2021, de autoria do Deputado Mauro de Nadal; 0889/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling; e 0890/2021, de autoria do Deputado João Amin.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1119/2021, 1153/2021, 1154/2021, 1155/2021 e 1156/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1145/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 1146/2021, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto; 1147/2021 e 1162/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 1148/2021 e 1149/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1150/2021 e 1151/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado; 1152/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 1157/2021 e 1158/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins; e 1159/2021, de autoria do Deputado João Amin.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquiografia: Cinthia]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo oradores inscritos em Explicação Pessoal, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para a semana subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

[Revisão: Taquígrafa Sara]

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às treze horas, com amparo nos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do senhor Deputado João Amin, os membros da Comissão: Deputado Milton Hobus, Deputado Ivan Naatz, Deputado Romildo Titon e Deputado Jerry Comper. A Deputada Luciane Carminatti justificou sua ausência por meio do Ofício nº 163/21 e o Deputado Marcos Vieira justificou sua ausência através do Ofício nº 19/2021. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente deu início à reunião e submeteu à apreciação a Ata da 1ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em atenção à ordem do dia, o senhor Presidente apresentou os seguintes requerimentos: Requerimento, de sua autoria, para realização de Audiência Pública para tratar de assuntos relacionados à SC-410, no município de Tijucas, tais como: trevos de acesso, iluminação, fiscalização policial, sinalização e outros; o Requerimento, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Requerimento, de autoria do Deputado Ivan Naatz, para a convocação do Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, para prestar informações sobre a possível injeção de recursos estaduais para acelerar a obra

de duplicação da BR-470, entre Navegantes e Itajaí; o Requerimento, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados, demais presentes e encerrou a reunião. E para constar, eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala de Reunião das Comissões, 13 de abril de 2021.

Deputado João Amin

Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano

— * * * —

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos três dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, com amparo nos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se no Plenário Deputado Osni Régis e por videoconferência, sob a Presidência do senhor Deputado João Amin, os membros da Comissão: Deputado Ivan Naatz e Deputada Luciane Carminatti. O Deputado Jerry Comper justificou sua ausência através da CI N.º 84/2021. Também participou por videoconferência o Deputado Dr. Vicente Caropreso. O senhor Presidente deu início à Reunião Ampliada da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano para discutir sobre os cortes no Orçamento Federal e seus prejuízos para Santa Catarina, cujo registro taquigráfico reproduzido a seguir foi transcrito e revisto pela taquígrafa Almerinda Lemos Thomé.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Senhoras e senhores convidados, autoridades, boa tarde. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, damos início à reunião ampliada da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, através da qual, na qualidade de Presidente, dou as boas-vindas a todos os presentes.

Para participar deste debate nós convidamos diversas autoridades e diversos representantes de importantes instituições para que pudéssemos esclarecer os cortes no Orçamento Federal e seus prejuízos para Santa Catarina.

Eu anuncio a participação das seguintes autoridades que se fazem presente aqui na Assembleia Legislativa: Senador Esperidião Amin; Deputada Federal Angela Amin, Coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense; Deputado Federal Hélio Costa; Adelar José Provenci, presidente da União dos Vereadores de Santa Catarina (Uvesc); Ronaldo Carioni Barbosa, Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT); Leodegar Tiscoski, Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade de Santa Catarina; Sisi Blind, diretora executiva da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), neste momento representando o presidente da Fecam, senhor Clenilton Carlos Pereira.

Estão também fazendo parte da nossa reunião, de forma virtual, o presidente da Fiesc, Mario Cezar de Aguiar; o Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, Senador Dário Berger; o Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina, Luiz Dagoberto Corrêa Brião; o Secretário de Estado da Fazenda, Rogério Macanhão; e o Presidente da Comissão de Viação e Transportes da Câmara Federal, Deputado Carlos Chiodini.

A notícia dos vetos do governo federal à Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021 surpreendeu a população de Santa Catarina. Dos mais de R\$ 271 milhões que estavam programados para obras de infraestrutura, foram cortados R\$ 136,5 milhões e o saldo para a infraestrutura ficou em torno de R\$ 135 milhões.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Entre as obras prejudicadas pela iniciativa estão a BR-280, trecho São Francisco do Sul/Jaraguá do Sul; a BR-163, trecho São Miguel do Oeste/divisa com Paraná; a BR-470, trecho Navegantes/Rio do Sul; a BR-285, trecho Timbé do Sul/divisa com Rio Grande do Sul, da qual foram cortados os R\$ 20 milhões integrais que haviam para essa obra; a BR-282, trecho Florianópolis/São Miguel do Oeste; e a BR-163, trecho Guaíra/Itapiranga. Vale destacar que além dos vetos na

área de infraestrutura, Santa Catarina perdeu ainda outros R\$ 15 milhões nos setores de educação, saúde, assistência social, meio ambiente e fomento econômico.

De acordo com a nota técnica dos vetos à LOA, elaborada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal e Câmara dos Deputados, os fundamentos para as medidas foram “a insuficiência de espaço no teto de gastos para o pleno atendimento das despesas obrigatórias e do orçamento impositivo”.

Feito esse arrazoado, agradeço a participação de todos e todas e desejo uma boa reunião.

Vamos dar início aos trabalhos concedendo a palavra, então, pelo tempo de até cinco minutos, ao convidado Mario Cezar de Aguiar, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc).

O SR. MARIO CEZAR DE AGUIAR — Obrigado, Deputado João Amin, pela oportunidade. Acho que este é um momento importante, da manifestação da sociedade catarinense.

Eu quero cumprimentar o Senador Dário Berger, o Senador Esperidião Amin, a Deputada Federal Angela Amin, o Deputado Carlos Chiodini e os demais Deputados presentes, o Secretário da Infraestrutura e Mobilidade, o Secretário da Fazenda, o Carioni e as demais autoridades que já foram mencionadas. Quero dizer da nossa alegria em estarmos aqui discutindo esse tema tão importante para Santa Catarina. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostin*]

Eu tenho uma rápida apresentação e peço que ponham na tela.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Vetos do governo federal ao Orçamento-Geral da União de 2021. O valor total dos vetos foi de R\$ 19,8 bilhões e a justificativa o próprio Deputado João Amin já comentou. A infraestrutura foi a segunda área que mais sofreu vetos, com R\$ 2,8 bilhões. Então, esses são os vetos em relação à economia nacional.

Com relação a Santa Catarina foram vetados R\$ 152 milhões, o que representa aproximadamente 0,8% do veto total. Nesse aspecto, no total do veto, até que não prejudicou tanto assim Santa Catarina. Quando nós olhamos para o corte da infraestrutura, que foram R\$ 136,5 milhões, isso representa quase 5% do total dos cortes na infraestrutura, mostrando que Santa Catarina, mesmo tendo sempre uma demanda muito forte por investimentos e que historicamente tem recebido poucos investimentos, nesse veto, nesse corte, então teve uma participação muito grande na nossa infraestrutura, que já demanda vários investimentos. Lembramos que os R\$ 271 milhões que estavam inicialmente previstos já eram insuficientes para atender a nossa demanda.

Santa Catarina tem o levantamento de que para manter um índice razoável de investimentos no Estado, em termos de infraestrutura, seriam necessários em torno de R\$ 1 bilhão por ano. Então, se R\$ 271 milhões já eram insuficientes, esses R\$ 136 milhões contemplam muito pouco, pois são poucos investimentos e a nossa infraestrutura terá um pequeno acréscimo neste ano de 2021 a persistir esses vetos que estão aí colocados.

Aqui eu trago a tabela de quais seriam as obras de infraestrutura que seriam afetadas. A BR-280, uma obra extremamente importante, que já está atrasada. Tinha inicialmente uma previsão de R\$ 104 milhões, houve um corte de 42% com R\$ 60,768 milhões a serem aplicados, segundo esses vetos. A BR-163, dos R\$ 28,916 milhões previstos, estão previstos agora R\$ 15,416 milhões, um corte de 47%. Mais um trecho, provavelmente era aquela verba que o Senador Dário Berger e o Senador Esperidião Amin conseguiram, e essa foi cortada na sua totalidade.

Depois, na BR-470, dos R\$ 111,93 milhões, uma obra que se arrasta ao longo dos anos, está extremamente atrasada, uma obra que tem trazido prejuízos enormes para a economia de Santa Catarina, com esse veto receberá apenas R\$ 55,93 milhões, um corte de 50%. A BR-285, dos R\$ 20 milhões previstos, foram cortados os R\$ 20 milhões, de forma que o corte é de 100%. E na BR-282, dos R\$ 3 milhões previstos não houve corte, isso é para o Crema (Contratos de Restauração e Manutenção), então não houve nenhum corte. Isso significa para Santa Catarina um corte total de 50%, ou seja, dos R\$ 270 milhões iremos receber cerca de R\$ 136 milhões.

Exemplificando, os R\$ 136 milhões que nós receberemos representam apenas praticamente 14% do que seria necessário para manter um mínimo de evolução na nossa infraestrutura de transportes em Santa Catarina. Ou seja, o déficit em relação ao que Santa Catarina precisa e o que nós vamos receber é da ordem de R\$ 835 milhões.

Essa é a apresentação, mas eu queria chamar a atenção para a seguinte questão: eu acho que chegou o momento de nós tratarmos mais das nossas concessões, das privatizações. Todos os anos nós somos surpreendidos com vetos, com cortes e recebemos muito abaixo da nossa necessidade. Então eu sugiro aos Deputados, aos Parlamentares, que em conjunto, como uma sociedade organizada, nós possamos trabalhar em busca de soluções na iniciativa privada.

Para isso Santa Catarina precisa ter um banco de projetos e essa é uma grande deficiência que o Estado de Santa Catarina tem, não possui um banco de projetos que possa atrair investimentos internacionais.

Eu tenho aqui na minha mão o trabalho que a Fiesc fez e que está muito alinhado com o que a Secretaria da Infraestrutura do Estado fez com relação às contribuições para o PNL 2035 (*mostra documento*). Faço questão de entregar, de enviar a todos os nossos Parlamentares para que tenham conhecimento de qual é a nossa posição com relação à proposta do PNL 2035. Eu acho que é uma contribuição aos Deputados Federais e nós estamos abertos a discutir com todos os senhores.

Então, encerrando o meu momento, agradeço a atenção e fico aqui para eventuais contribuições. Obrigado pela oportunidade e um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Muito obrigado, presidente Mario Cezar de Aguiar.

Antes de passar a palavra ao Senador Dário Berger, eu faço o anúncio da presença, de forma remota, do Deputado Federal Darci de Matos e do Deputado Estadual Ivan Naatz; das assessorias do Deputado Estadual Sargento Lima e da Deputada Federal Norma Pereira; e também a justificativa de ausência do Deputado Estadual Jerry Comper.

Com a palavra o Senador Dário Berger, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado.

O SR. SENADOR DÁRIO BERGER (SC) – Muito boa-tarde a todos.

Quero cumprimentar o Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e em seu nome quero cumprimentar os demais Deputados Estaduais que participam desta audiência pública. Quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin, meu colega, e quero cumprimentar a Deputada Federal Angela Amin. Em nome do Fórum Parlamentar Catarinense, cumprimento também o Deputados Federais Hélio Costa e Darci de Matos, que se fazem presentes; quero cumprimentar os presidentes das entidades, na pessoa do doutor Mario Aguiar, da Fiesc; quero cumprimentar o governo do Estado, através do doutor Brião, nosso Procurador-Geral do Estado; e cumprimentar as demais pessoas que participam desta importante reunião.

Eu quero rapidamente dizer que não resta a menor dúvida que um dos maiores problemas que nós enfrentamos no Brasil está relacionado à logística propriamente dita, à infraestrutura, que envolve aí os nossos portos, os nossos aeroportos, as nossas rodovias, as nossas ferrovias, as questões ligadas à energia, etc. e tal, que são fatores importantes e fundamentais para o desenvolvimento da nossa economia.

E acho que posso afirmar com convicção que o governo federal, no tocante às obras em Santa Catarina, está pelo menos vinte anos atrasado, defasado na expectativa que nós temos para dotar Santa Catarina com uma malha viária razoável para nós que precisamos escoar a nossa produção, que representa a nossa maior riqueza. E, lamentavelmente, isso não acontece.

Bem, dito isso, contra fatos não há argumentos. O fato é que nós fomos surpreendidos por esse corte que rachou ao meio a expectativa que nós tínhamos com relação ao que foi aprovado na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, o que é muito lamentável. O outro fato que eu queria relatar aqui é que não faltou empenho da bancada federal, ou seja, nós tínhamos uma expectativa de aplicação de recursos no Estado de Santa Catarina para 2021 na ordem de R\$ 700 milhões a R\$ 730 milhões. Essa expectativa caiu para a ordem de R\$ 130 milhões a R\$ 136 milhões, aproximadamente. Por isso que eu falei que os fatos, realmente, são muito desoladores, são muito lamentáveis.

Vejam bem, eu inclusive gostaria de fazer um pequeno adendo aqui, inclusive o presidente da Fiesc já colocou isso com certo cuidado.

Eu, quando assumi a Presidência da Comissão de Infraestrutura, convidei o Senador Esperidião Amin para ser o Relator das nossas emendas de Comissão e aproveitei a capacidade, a inteligência e o conhecimento do Senador Esperidião Amin e tivemos a sorte e a habilidade de aprovar duas emendas que nós julgávamos extremamente importantes, e isso foi importante para Santa Catarina. Uma era de R\$ 123 milhões, se eu não estou equivocado, para a BR-470, e outra de R\$ 100 milhões para a BR-163. Fizemos todo o esforço necessário para que ela fosse aprovada na Comissão de Orçamento. Houve um corte substancial, foi simbólico e tal, acabamos ali e foi a nossa primeira derrota, mas não faltou empenho de nossa parte para cobrir o Estado de Santa Catarina com os recursos necessários para que, efetivamente, as obras pudessem acontecer.

Bem, resumindo, perdemos então os R\$ 223 milhões, aproximadamente, que nós tínhamos alocados para a BR-470 e para a BR-163. E aí o orçamento foi aprovado para a BR-470, de R\$ 112 milhões foram cortados R\$ 56 milhões, ficando o valor final de R\$ 56 milhões; para a BR-163 estavam previstos e aprovados R\$ 30 milhões, foram cortados R\$ 16 milhões e ficaram R\$ 13 milhões para serem aplicados na BR-163.

(Falha na transmissão) ...disso tudo foi a 285, que é uma obra que precisa de R\$ 20 milhões para ser concluída a parte de Santa Catarina, ali na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, em Timbé do Sul. E, por incrível que possa parecer, eles cortaram integralmente os recursos. Portanto, a obra vai parar faltando apenas um quilômetro, se eu não estou equivocado, um quilômetro e meio, para a sua conclusão em Santa Catarina. [Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

E a última é para a 280, que estavam previstos e foram aprovados R\$ 105 milhões, foram cortados R\$ 44 milhões, permanecendo como valor final R\$ 61 milhões. Somando tudo isso, totaliza R\$ 135 milhões, R\$ 140 milhões, aproximadamente.

Nós tínhamos inclusive, Deputado João Amin – e certamente vossa excelência, junto com os demais Deputados Estaduais, estão discutindo essa questão – a expectativa de existir uma possibilidade de o governo do Estado aplicar em torno de R\$ 250 milhões de recursos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Mais um minuto, Senador.

O SR. SENADOR DÁRIO BERGER (SC) – ...para concluir uma obra muito importante, como é o caso da 470, no trecho BR-101 até Blumenau, se não estou equivocado, ou até Indaial. Lamentavelmente não sei como isso ficou.

Então nós tínhamos, como recurso efetivo das emendas que nós aprovamos na Comissão, com os recursos que estavam sendo alocados, com os R\$ 250 milhões do governo do Estado, a expectativa de aplicar cerca de R\$ 740 milhões, R\$ 730 milhões no Estado de Santa Catarina em 2021. Com todos esses cortes que aconteceram e se o governo do Estado não aplicar os R\$ 250 milhões, nós vamos ter apenas R\$ 130 milhões, R\$ 135 milhões para efetivamente aplicar em Santa Catarina.

Aí nós temos que ver como faremos no futuro, se derrubamos o veto, se faremos uma frente parlamentar, através do Fórum, para ir até o Presidente da República, para que efetivamente a gente possa buscar parte desses recursos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Mais trinta segundos.

O SR. SENADOR DÁRIO BERGER (SC) – ...163 e 285 não sofram solução de continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Obrigado, Senador Dário Berger.

Antes de passar a palavra ao Deputado Federal Carlos Chiodini, eu anuncio a presença da Deputada Federal Norma Pereira, do Deputado Estadual Dr. Vicente Caropreso e da Deputada Estadual Luciane Carminatti.

O prazo para a sanção ou o veto da Governadora a esse projeto mencionado pelo Senador Dário Berger é dia 5 de maio. Quando o projeto deu início ele tinha o valor de R\$ 250 milhões e foi alterado para R\$ 350 milhões. Só para efeito de informação a todos nós que participamos.

Com a palavra o senhor Deputado Federal Carlos Chiodini, Presidente da Comissão de Viação e Transportes da Câmara Federal.

O SR. DEPUTADO FEDERAL CARLOS CHIODINI (SC) – Boa tarde a todos.

Quero saudar o Presidente da Comissão de Transportes da Assembleia de Santa Catarina, Deputado João Amin; saudar todos os participantes, em nome do Senador Dário Berger, que preside a Comissão de Infraestrutura do Senado, que muito bem expôs as questões orçamentárias que formam o motivo e a preocupação de todos nesta reunião; saudar o Mario Cezar de Aguiar, da Fiesc – a Fiesc é uma entidade privada que representa os interesses do setor produtivo e sempre voltada a essa pauta da infraestrutura, com dados precisos, e isso contribui muito com o nosso trabalho, Mario. Quero saudar todos os colegas Deputados Federais aqui presentes, Deputado Hélio Costa, Deputada Angela Amin, que é a nossa Coordenadora do Fórum, Deputada Norma e Deputado Darci de Matos; os Deputados Estaduais; o Senador Esperidião Amin; e o Secretário Rogério Macanhão. Este quórum mostra a importância desta reunião, que tem um interesse evidente, acho que acima de todos os interesses políticos regionais, porque trata de toda a Santa Catarina.

E como o Senador Dário Berger expôs de forma muito clara, nós tivemos uma perda muito considerável de orçamento nas obras públicas federais que estão sendo realizadas no nosso Estado, especificamente nas rodovias, e isso gera várias consequências. A primeira delas é que nós já estamos no dia 3 de maio e até então o orçamento não está sendo aplicado. Este é um fato a ser registrado. Foram quatro meses que não houve uma evolução das obras como se imaginava, e com essa redução drástica.

Eu estive ainda na semana passada com o Ministro Tarcísio tratando de um outro assunto, um projeto até de origem no Senado Federal apresentado pelo Senador Esperidião Amin, que é o do Free Flow, que deve ser votado na Câmara nesta semana. Nós estávamos lá discutindo e, no final, pedimos um momento para falar do orçamento, especificamente de Santa Catarina. Ele me colocou que há possibilidade de uma recomposição levando em consideração esses quatro meses nos quais o orçamento não foi executado. Quando a gente fala de quatro meses, nós falamos de 25% do tempo do ano. Então, não teve execução nenhuma, esse orçamento tem que ser, de uma forma ou de outra, corrigido por meio de PLN nos próximos meses, até porque não é todo o Ministério que tem obras licitadas, obras que estão prontas a receber produtividade.

Então, qual é a minha sugestão, Deputado João Amin e todos os colegas aqui presentes? Nós temos que levar em consideração - eu tenho dito isso desde dezembro - que o grande desafio de 2021 é essa composição do orçamento, dado o momento difícil que a gente vive de combate à Covid-19 e os reflexos que isso trouxe à nossa economia e às contas públicas. Qual é a solução? Acho que o Senador Dário já deu essa sugestão de encaminhamento, Deputada Angela, nós reunirmos o Fórum Parlamentar Catarinense, unindo outras forças, assim como os próprios Deputados Estaduais e as entidades representativas - volto a citar a Fiesc, que tem pauta prioritária na área de infraestrutura -, para nós fazermos uma ida ao governo federal pedindo uma sensibilidade nessa recomposição. Seja por esse caminho que eu aponto, de quatro meses sem execução orçamentária, e rapidamente, podem ter certeza, terá algum PLN de recomposição ou rearranjo, melhor dizendo, do orçamento nacional, e também uma sensibilidade do governo de novos investimentos nessas obras tão importante.

Se a gente levar em consideração, Mario, a inflação que houve sobre as obras de infraestrutura no ano passado e esse orçamento exposto, com certeza não vai cobrir o reajuste de preços de produtividade e nós vamos ter um ano praticamente zerado no andamento dessas obras.

Então, eu participo desta reunião como um colaborador, Deputado João Amin, como um ouvinte também, para que a gente saia daqui com algum encaminhamento nesse sentido e possamos, juntos, cobrar, eu costumo citar, um maior respeito por Santa Catarina, principalmente quando o assunto são as nossas obras, nesse caso, rodoviárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Muito obrigado, Deputado Chiodini.

Todos os encaminhamentos propostos pelos participantes estão sendo elencados e, ao final, para o fechamento da nossa reunião, eu vou fazer questão de repassar.

Com a palavra a senhora Deputada Federal Angela Amin, Coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense.

A SRA. DEPUTADA FEDERAL ANGELA AMIN (SC) – Eu gostaria de cumprimentar a todos, o presidente da Fiesc, doutor Mario; em nome do Senador Dário Berger e do Deputado Federal Carlos Chiodini, os Parlamentares que dão a sua contribuição aqui; o Presidente da Comissão desta Casa, Deputado João Amin; e os demais Deputados Estaduais que participam da reunião.

Em todas as reuniões do Fórum, nessa discussão da importância logística de Santa Catarina, cada Parlamentar que tem afinidade com uma região coloca com muita clareza e com muito empenho a importância da BR *a*, *b* ou *c*. São discussões bastante produtivas.

Nós estivemos, inclusive antes da aprovação do orçamento, com o Presidente da República, com a Governadora do Estado, colocando a importância de investimentos na logística de Santa Catarina. E o gesto por parte do governo do Estado, já no governo anterior, foi de garantir recursos estaduais para essas obras, para que o ritmo não viesse a ser reduzido. Um gesto por parte do governo que não foi entendido e, automaticamente, tomada a atitude necessária na preservação dos recursos, mesmo com os cortes antes da aprovação do orçamento – eu acho que o Senador Dário Berger colocou aqui muito bem -, quer dizer, as emendas da Comissão de Infraestrutura do Senado praticamente não foram consideradas.

Então, eu entendo que a sugestão do Senador Dário Berger, claro que corroborada com a posição do Deputado Carlos Chiodini, é voltar ao Presidente da República e cobrar o compromisso que ele assumiu com a bancada quando da última audiência pública naquela Casa.

Naquele momento estive conosco o Ministro de Infraestrutura e, neste momento, eu entendo que é de fundamental importância além do Ministro de Infraestrutura, o Ministro da Economia, para que nós possamos sensibilizar o governo federal da importância dessas obras para o Estado de Santa Catarina. E eu considero mais grave porque a suplementação é possível durante o exercício dos trabalhos durante um ano, naqueles itens orçamentários aprovados pelo Congresso e homologados pela Presidência da República.

O mais grave é a 285, que o Congresso, através de um trabalho da bancada catarinense, reconstituiu o item orçamentário para a 285 e o fato de ter sido vetada 100% é enviado ao Congresso um orçamento que nem sequer considera a oportunidade, a chance de se garantir alguns recursos para a 285. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Então eu acho que é um trabalho bastante minucioso, importante e eu, como Coordenadora do Fórum, solicitarei audiência com o Presidente da República, colocando a importância da presença dos dois Ministros para que nós possamos efetivamente avançar no processo de sensibilização para a importância dessas obras para o nosso Estado. Depois dessa reunião nós teremos a reunião do Fórum Catarinense, na qual eu colocarei em votação a proposta de audiência pública e, automaticamente, solicitar que a bancada possa mais uma vez, de maneira unida, fazer com que o governo federal se sensibilize da importância dessas obras para o desenvolvimento do nosso Estado.

Muito obrigada, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Obrigado, Deputada Angela Amin.

Com a palavra agora o Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade de Santa Catarina, senhor Leodegar Tiscoski.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO LEODEGAR TISCOSKI (SC) – Nossa saudação ao Presidente da Comissão de Transportes, Deputado João Amin; à Deputada Federal Angela Amin, Coordenadora do Fórum Parlamentar; aos Senadores, aos Deputados Federais, aos Deputados Estaduais, ao presidente da Fiesc e aos Secretários de Estado.

É inquestionável, pelo que já foi dito, o prejuízo para Santa Catarina trazido por esses cortes. A Secretaria da Infraestrutura apresentou, conforme já mencionou o presidente da Fiesc, na última sexta-feira, a proposta de Santa Catarina, cujo prazo era dia 30 de abril, ao PNL, o Plano Nacional de Logística, das propostas de Santa Catarina para investimentos nas áreas de aeroportos, portos, ferrovias e rodovias. São demandas, muitas delas históricas, como a 470, e

hoje já preocupados com o congestionamento da BR-101, no trecho norte, a Ferrovia Litorânea, a Ferrovia Leste/Oeste. São demandas já conhecidas, mas certamente esse documento marca a presença do Estado na busca de inclusão como prioridades do Ministério da Infraestrutura desses itens que são fundamentais para o desenvolvimento do nosso Estado.

Falou-se aqui dos recursos que a Assembleia Legislativa aprovou em projeto de lei para investimento do Estado de Santa Catarina nas rodovias federais. A proposta que a Secretaria da Infraestrutura está apresentando ao governo do Estado é que esses recursos, como é uma autorização da Assembleia, sejam liberados como contrapartida aos investimentos do governo federal. Se não houver o investimento do governo federal, o Estado não vai bancar sozinho as rodovias federais.

Essa é uma proposta que queremos deixar inclusive ao Fórum Parlamentar Catarinense, já que seria, como foi um gesto já do governo do Estado, no momento em que apresenta uma proposta, com todos os problemas que temos nas rodovias catarinenses, mesmo assim o Estado, em função da prioridade que é a BR-470 e as demais BRs, está praticando um gesto, que acredito inédito, de disponibilizar recursos para o governo federal para investimento nessas rodovias. Mas a nossa proposta é que realmente o governo federal cumpra a sua parte e o Estado entre com a contrapartida, idêntica em valores, em cada umas das medições que ocorram nessas obras que estão citadas no projeto.

Por último, amanhã a Governadora estará em Guaramirim assinando a ordem de serviço de uma segunda etapa de obras, são obras de arte no valor de R\$ 56 milhões, na BR-280 – o Estado está investindo valores expressivos em rodovias federais.

Então, senhor Presidente, a posição da Secretaria da Infraestrutura é esta e é fundamental a mobilização do Fórum Parlamentar Catarinense para que possamos buscar de volta esses valores que são fundamentais para Santa Catarina.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Obrigado, Secretário Leodegar Tiscoski.

Eu peço que os participantes, os de forma *on-line* ou presencial, que desejarem se manifestar façam o pedido de inscrição.

Com a palavra o superintendente regional do DNIT, senhor Ronaldo Carioni Barbosa.

O SR. RONALDO CARIONI BARBOSA – Boa tarde a todos. Antes de mais nada quero agradecer a Deus por estarmos juntos nessa pandemia, por estarmos sobrevivendo a essa luta. Nós estamos na infraestrutura no dia a dia, desde que começou a pandemia, trabalhando para que a infraestrutura do Estado possibilite o crescimento econômico e dê segurança aos usuários das nossas rodovias.

Cumprimento o Deputado João Amin pela ação importante para conversamos a respeito de infraestrutura, desses orçamentos, do veto presidencial; quero cumprimentar o nosso presidente, Mario Cezar; cumprimentar a Deputada Federal Angela Amin, que é a nossa Coordenadora do Fórum Parlamentar, parabéns por assumir essa luta que eu sei que não é simples, não é fácil; cumprimentar os Senadores presentes a este evento, Senador Dário Berger, Senador Esperidião Amin; o nosso Deputado Hélio Costa, o Deputado Darci de Matos e demais Deputados Federais e Deputados Estaduais, que muito também nos ajudam, muitos participam dessa situação, desse gesto de a Assembleia Legislativa autorizar o governo do Estado a fazer aportes nas rodovias federais. Quero cumprimentar os ouvintes, os participantes, e dizer que é uma satisfação muito grande estar aqui discutindo essa questão de orçamento, essa questão dos vetos. E quero cumprimentar o meu colega Leodegar Tiscoski, que eu conheci em 2002 no governo Esperidião Amin, no aeroporto de Jaguaruna, a gente fica muito satisfeito em tê-lo à frente da Secretaria da Infraestrutura.

Na questão de orçamento, de veto, a Superintendência não se manifesta, porque a nossa missão maior é investir os recursos. Então vou falar em termos de investir esses recursos.

Na BR-470 o orçamento que temos hoje é de R\$ 56 milhões. Com isso eu tenho um horizonte de dois meses de trabalho. Eu tenho uma determinação, lógico, lá de trás, para a gente acelerar a 470, porque o foco é entregar o Lote II este ano. Então com esses recursos de R\$ 56 milhões, temos dois meses - isso trabalhando com o recurso que temos,

porque a empresa se preparou para investir bem mais, mas como sinalizou R\$ 56 milhões do orçamento, a gente sabe que em dois meses isso já se esvai. Na BR-280 os trabalhos eram para ser acelerado em função do orçamento, porém, com os R\$ 60 milhões que foram aprovados, a gente vai terminar esse orçamento em três meses. Então é o horizonte de trabalho na BR- 280. Na BR-163 temos R\$ 15 milhões, a empresa iria fazer outra frente de trabalho, mas também com esse orçamento vamos focar em São José do Cedro, vamos entregar aquele viaduto com o orçamento que temos. Na 282 temos um RAP, ali no extremo oeste catarinense, de R\$ 40 milhões, conseguimos tocar bastante lá na 282, mas a preocupação maior é a 285. O único empreendimento do DNIT aqui em Santa Catarina com possibilidade de entrega é a BR-285. Os demais empreendimentos a gente consegue entregar lotes, consegue entregar vários segmentos ao usuário, mas entrega de empreendimento, o único possível seria a 285, tendo orçamento.

Só para clarear, o orçamento que nós precisamos é de em torno de R\$ 30 milhões, e mais uns R\$ 5 milhões porque nós temos que pagar supervisão, gerenciamento ambiental, que infelizmente são caros e a gente tem que investir nisso também, perfazendo R\$ 35 milhões. Lógico, com R\$ 20 milhões, qual é o ganho desses R\$ 20 milhões da emenda de bancada – e nós somos muito gratos por isso? É a criação da rubrica, da funcional programática, sem a funcional programática não tem possibilidade nem de remanejamento. Então a preocupação da Superintendência de Santa Catarina maior é com a BR-285. As demais rodovias têm orçamento, não o desejado pelo DNIT, mas continua o trabalho, tem orçamento para a gente desenvolver.

Logicamente que essa expectativa do governo do Estado de repassar recursos para o o DNIT de R\$ 200 milhões na 470, é fantástico. Na 280, com R\$ 50 milhões, também a gente avançaria. A 163, com R\$ 100 milhões, somados aos orçamentos que nós temos e mais o que já foi investido, é mais de 50% dos recursos na 163. A gente entende que os recursos, por mais que se coloque na infraestrutura, são poucos, vocês sabem que a infraestrutura, para a gente terminar as rodovias do Estado inteiro, precisa de quase R\$ 1,5 bilhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Mais um minuto para concluir.

O SR. RONALDO CARIONI BARBOSA – A gente veio participar desta reunião para buscar um horizonte, principalmente para a 285. É isso o que eu clamo à bancada federal, uma forma de buscar pelo menos a criação dessa rubrica, para a gente não deixar essa obra paralisar, porque do jeito que está não tem outro caminho, a não ser a paralisação da BR-285, coisa que a gente não concorda, sempre lutamos para que tenha o andamento dessa obra, para entregar essa rodovia fantástica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Muito obrigado, senhor Ronaldo Carioni.

Antes de passar a palavra para o Senador Esperidião Amin, eu gostaria de dizer que se inscreveram para fazer uso da palavra o Deputado Federal Hélio Costa, o Deputado Federal Darci de Matos, a Deputada Estadual Luciane Carminatti, o Deputado Estadual Dr. Vicente Caropreso e também o senhor Adriano Ribeiro, consultor da Civitatis Consultoria.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin. [*Transcrição: João Batista da Silva / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. SENADOR ESPERIDIÃO AMIN (SC) – Boa tarde, senhor Presidente, boa tarde a todos aqui presentes remotamente. Vou ser muito objetivo para cumprir o prazo.

Eu acho que o histórico da nossa frustração foi muito bem-feito, ao contrário do malfeito que ocasionou a frustração de todos nós. Hoje, pela manhã, na reunião da Comissão que acompanha a Covid, eu tive o primeiro alento. O governo federal, segundo o Secretário da Fazenda do Ministério da Economia, já cogita três alternativas, incluindo os 33% e não os 25%, mencionados pelo Deputado Chiodini, do ano que já passou – 33% já foram embora.

Então isso representa realmente um represamento de recursos, haja vista o resultado financeiro do governo federal em março passado. Não vou comentar o equívoco de deixar a 285 zerada, ou seja, fora do orçamento. Então formas

de recomposição existem, repito, eu não vou entrar no detalhe do que perdemos, agora o que recuperamos e o que vamos recuperar vai depender de uma grande negociação.

Então eu me dirijo aos representantes do governo do Estado aqui presentes, o Secretário Leodegar Tiscoski, o doutor Brião, o Secretário da Fazenda, e a este último de maneira especial. Prestem bem a atenção. Eu acho que a ideia da contrapartida é muito boa, mas mais importante do que isso é que nós façamos isso de maneira coordenada, vamos ser bem claros, todo mundo conhece a história de como o governo federal tem tratado as nossas obras de infraestrutura. O ex-Secretário, e agora Secretário Leodegar Tiscoski, sabe como é que nós fizemos para executar o viaduto da 282, que foi paralisado pelo governo federal como forma de interromper a execução da 282, que a nós estava delegada. Então nós conhecemos isso.

Eu quero aqui de outra forma louvar a competência do doutor Ronaldo Carioni, ele tem demonstrado competência e isso está expresso em número. O nosso melhor número de execução de obras de infraestrutura dos últimos tempos foi em 2020, investimos R\$ 302 milhões, confere? Obra feita, realizada, e por isso, paga. Não é muito, mas se você comparar que agora tem como previsão de, sujeita a contingenciamento, R\$ 136 milhões, isso é uma dimensão do quanto nós temos que recuperar, seja 350, seja 250, o governo do Estado não pode colocar isso à disposição do governo federal para ele gastar menos, está claro? Então temos que negociar. É o dinheiro que Santa Catarina vai botar versus o que o governo federal vai botar, Hélio Costa, em sua homenagem, e a segunda pista do aeroporto de Navegantes de volta, que você – permita-me assim chamá-lo (*dirige-se ao Deputado Federal Hélio Costa*) –, no dia 29 de março, deixou consignado como nosso protesto na reunião com o Presidente da República, a reunião aqui mencionada pela Deputada Angela Amin ocorreu no dia 29 de março, e o Deputado Hélio Costa, naquele momento, cobrou.

Hoje nós temos uma ação cível originária do governo do Estado, temos uma representação deste parlamentar. Então nós temos dois grandes objetivos: recuperar os investimentos federais, que nos foram tomados, e recuperar a segunda pista do aeroporto de Navegantes. Eu quero aqui louvar a ação da Procuradoria-Geral do Estado nesse sentido, o doutor Brião está aqui presente. Então isso nós temos que fazer com habilidade, negociação, para permitir que as obras sejam executadas – não só a 285, mas todas as outras num limite razoável – e a segunda pista do aeroporto de Navegantes nos seja devolvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Deputado Federal Hélio Costa.

O SR. DEPUTADO FEDERAL HÉLIO COSTA (SC) – Eu quero cumprimentar o Deputado Estadual João Amin, filho do Esperidião Amin, por fazer esta convocação.

Eu fiz questão de vir aqui para falar dessa suplementação que o governo do Estado quer passar para o governo federal concluir obras federais em Santa Catarina, Senador. Porque a senhora Angela Amin, como Deputada, o Chiodini, que está aqui, todos ao percorrerem os Municípios, todos os Municípios pedem o quê? Pedem pavimentação, pedem dinheiro de emendas nossas para pavimentar os Municípios, para dar acesso ao interior dos Municípios, para tirar a produção do interior dos Municípios, aí vem o governo do Estado e me doa, é doação, R\$ 300 milhões que –, no meu ponto de vista, e o senhor, Senador, que foi Governador, sabe muito bem disso, a senhora Angela Amin, que foi Prefeita, sabe bem disso – iria recuperar todos os Municípios de Santa Catarina. O que eles pedem hoje: Nós queremos dinheiro para pavimentação, abrir estradas, pavimentar estradas. E aí nosso governo pega R\$ 300 milhões e entrega para o governo federal, e passa nesta Casa.

Eu acho que está na hora de voltar atrás, voltar atrás, voltar atrás! Porque o governo federal é que tem o compromisso de fazer essas obras, o governo que antecedeu a este fez muitas obras, fez muitas obras. Eu estou sentindo falta aqui dos agarradinhos no governo, eu estou sentindo falta dos federais agarradinhos no governo pedindo cargo, e tendo cargo não estão aqui presentes e não estão aqui também virtualmente. Está na hora de fazer. Encontrei com a Governadora lá em Brasília, na terça-feira, tinha ido ao [Ministério do] Turismo, não sei se ela foi [falar com] o Ministro da

Infraestrutura, nosso glorioso Tarcísio Freitas, que eu tenho muitas diferenças com ele por causa disso porque não cumpriu o orçamento anterior e ainda não vai cumprir o desse.

Então, senhor Presidente, Deputado João Amin, que se pegue esse dinheiro e invista nos Municípios, porque os R\$ 300 milhões são do Estado de Santa Catarina, é do povo do Estado de Santa Catarina e tem que investir nos Municípios. Eu pergunto ao Leodegar quantos milhões tu tens para aplicar nas rodovias estaduais? Não tens nada! O Leodegar não tem nada. E a manutenção das nossas estradas estaduais que o senhor construiu tantas, senhor Deputado Federal Esperidião Amin, vão ficar a ver navios?

O dinheiro é nosso, lá em Brasília todos são testemunha que eles nos tratam como ricos, íamos no Mandetta: Ah! Não bota dinheiro lá, porque eles vão gastar na folha de pagamento, não era verdade? Não bota dinheiro, e assim por diante. Eles nos tratam como ricos, então ricos vamos ser. Nós somos ricos graças ao povo de Santa Catarina, aos seus Governadores, que fizeram rodovias. E os Municípios internamente estão sofrendo muito, muito para tirar a produção e trazer até a estrada de sinal, que são pavimentadas. Por que isso? Por que fizeram isso? Por que o Governador afastado fez isso? Para fazer amizade com a presidência? Ah, não, vou entregar para o Presidente. O Presidente não quer nem saber dele, o Presidente não quer nem o ver pelo retrovisor. Fazer isso? Dar R\$ 300 milhões nosso, do nosso imposto, Leodegar?! E você não vai ter [recurso] para arrumar as nossas rodovias, [dar] para o governo federal!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Mais um minuto.

O SR. DEPUTADO FEDERAL HÉLIO COSTA (SC) – Eu revento isso, revento essa situação: não, o dinheiro é nosso, é para aplicar nos nossos Municípios. Porque, repito, eles querem dinheiro para a pavimentação não é para ficar bonito, não, é para trazer a produção. E eles sofrem, e nós, a senhora sabe, Deputada Angela – deixa eu ver se tem mais algum federal aqui, dos agarradinhos em cargo não tem nenhum. Abre uma boquinha aqui, muda de Governador aqui, vai lá e aquele pessoal se agarra, não está ninguém aqui para defender o governo federal, nem do lado do Bolsonaro, nem do lado do PSL, que é um só, que é um partido só, não estão aqui para defender, mandaram o Leodegar. Mas o Leodegar não vai ter dinheiro para a conservação das nossas [rodovias] estaduais, enquanto [isso] nós damos na mão do governo R\$ 300 milhões. Trezentos milhões é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Mais um minuto.

O SR. DEPUTADO FEDERAL HÉLIO COSTA (SC) – ...que eles cortaram.

Então eu lamento isso, lamento ter passado por esta Casa, ter passado por aqui, não foi, Presidente? Passaram por aqui, aprovaram e esqueceram dos Municípios que estão na penúria. Esse é o meu lamento. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Quero dizer que o governo federal não vai fazer nada, nós vamos pressionar lá, a Deputada Angela, com o seu conhecimento, vai para um novo encontro, nós vamos para um novo encontro. O nosso azar é que naquele dia em que estivemos com o Presidente estava despencando Ministro, despencava Ministro a toda hora. E ele disse: vai despencar mais dois à noite. A senhora lembra? À noite vai despencar mais dois, e despencaram mais dois. E o Ministro Tarcísio disse: eu vou levar, eu vou concluir as obras. Mas ele tem dito isso tanto, que eu não acredito. Eu acredito naquele jovem lá (*dirige-se ao senhor Ronaldo Carioni Barbosa*), o Carioni. O Carioni é do DNIT e foi muito elogiado por eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Mais trinta segundos.

O SR. DEPUTADO FEDERAL HÉLIO COSTA (SC) – Colocar o Carioni de Ministro.

Era isso que eu tinha para falar. Lamentavelmente vão mandar esse dinheiro para o governo federal e não vai voltar nada para nós. É lamentável! Se pudesse voltar atrás essa Assembleia, voltaria; se o governo pudesse voltar atrás, voltaria e aplicaria nos Municípios, porque nós, Deputados Federais ou Deputados Estaduais, não temos emendas suficientes para atender todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Obrigado, Deputado Hélio Costa.

Agora, com a palavra o Deputado Federal Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO FEDERAL DARCI DE MATOS (SC) – Deputado João Amin, Presidente da Comissão de Transportes da Assembleia – que já fazia um bom trabalho quando eu atuava aí na Alesc e continua muito atuante –, parabéns pela realização deste importante evento para Santa Catarina, sobretudo para tratar da infraestrutura. Minha saudação a nossa chefe, a nossa líder, a nossa Coordenadora, Deputada e professora Angela Amin, e em seu nome saúdo os demais Parlamentares Federais, os Senadores Esperidião Amin, Dário Berger e Jorginho Mello, saúdo o setor produtivo na pessoa do doutor Mario Aguiar, que preside a Fiesc de forma magnífica, e o superintendente do DNIT.

Senhores e senhoras, muito objetivamente eu quero afirmar que as nossas bancadas estadual e federal, na sua imensa maioria - quase maioria absoluta - todos nós, e eu não poderia ser diferente, acreditamos e apoiamos o Presidente Bolsonaro. Mas, repito o que foi dito por aqueles que me precederam, Deputado João Amin, no que diz respeito às obras de infraestrutura federal em Santa Catarina, e o Ministro Tarcísio tem inaugurado muitas obras no Norte e no Nordeste, o governo federal está devendo para os catarinenses. E agora fomos surpreendidos com esse corte de R\$136 milhões no orçamento, o que é lamentável. E a gente já percebeu no relato do superintendente Ronaldo que ele já anuncia, com razão, que as obras vão continuar andando a passos lentos. No caso, por exemplo, da 280, da forma que vai, a sua conclusão vai demorar mais quase dez anos. Isso é um absurdo! Não é justo com Santa Catarina!

Eu me junto, portanto, ao Fórum Parlamentar, aos Parlamentares, ao setor produtivo para protestar, para dizer que estamos todos indignados e que estou disposto, junto com o Fórum, a ir ao Presidente da República e ao Ministro Tarcísio, mas tem que ser com o Presidente da República, porque o Ministro Tarcísio, quando vamos lá, ainda pede as nossas emendas coletivas para essas obras.

Eu encerro afirmando aquilo que foi dito por Esperidião Amin: no ano passado, no plenário, e eu e a Carmen Zanotto também falamos desse tema, segundo a Receita Federal, em 2019 o nosso Estado mandou para Brasília R\$77 bilhões e voltou para Santa Catarina aproximadamente R\$ 7 bilhões. Isso é um absurdo! Estamos mandando dinheiro para Brasília para pagar a conta dos demais Estados. Não é justo com a gente!

Estamos juntos. Um grande abraço e parabéns, João Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Muito obrigado, Deputado Darcy de Matos.

Com a palavra a Deputada Estadual Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Eu quero cumprimentar o Presidente João Amin, cumprimentar o Mario Aguiar, em nome de todas as lideranças produtivas do Estado, cumprimentar a Deputada Federal Angela Amin e, em seu nome, todos os Deputados Federais, e me permitam, nesses nomes citados, cumprimentar todas as demais autoridades.

Eu falo com muita tranquilidade, porque ao contrário do meu ex-colega Deputado Darcy de Matos, eu não ajudei a eleger esse Presidente, e cada vez estou mais convencida do meu voto. E falo com tranquilidade, porque em 2015 o Senador Esperidião Amin acompanhou a ação que nós fizemos - inclusive a Fiesc esteve muito presente – no governo, ao qual eu também estava, junto ao Ministro da Infraestrutura por conta da concessão da BR-282, as praças de pedágio e uma licitação com vários e vários problemas. Eu sempre tive uma conduta muito séria e responsável e aquilo que está prejudicando o nosso Estado nós vamos denunciar e vamos agir. E naquela ocasião nós fizemos várias ações em Brasília e conseguimos reverter.

Pois bem, em 2019 uma das primeiras audiências que eu acompanhei pela Comissão de Transportes, Deputado João Amin, inclusive foi o anúncio do DNIT de Santa Catarina de quais as obras que seriam prioritárias nesse governo, nesta legislatura, e eu me lembro muito bem que foi anunciado não novas obras, mas a conclusão da 163 e da 470, inclusive que não faltariam recursos para a conclusão dessas duas obras e que o governo federal não daria mais nenhuma ordem de serviços por conta da falta de recursos e por iniciar obras sem concluir. O.k., nós entendemos esse momento.

Eu quero dizer que quando foram votados os recursos, no âmbito do orçamento estadual, eu fiquei muito indignada, como membra da Comissão de Finanças e Tributação e também da Comissão de Transportes, porque como já foi falado aqui, fiquei muito indignada por conta das inúmeras obras estaduais catarinenses, que se o Estado não fizer,

ninguém mais faz. Eu não vou bater na porta do governo federal pedindo para executar a SC-305, a SC-283. Eu não vou pedir, eu não vou bater na porta do governo federal para a execução da 350, da 454 e de tantas e tantas rodovias estaduais ou de obras estruturantes que, como bem foi falado, se os Municípios e o Estado não fizerem, não tem obra.

Mas, a Assembleia entendeu que era preciso ajudar o governo federal. Eu acho que nós entramos numa situação extremamente delicada, porque, no meu entendimento, nós não temos nenhuma segurança de que ao colocarmos esses recursos estaduais, nós não seremos responsáveis pela falta de recursos nas obras federais, e mais, seremos chamados a responder pelas obras estaduais que não forem executadas e seremos responsáveis por complementar os recursos que faltam para concluir tanto a 470 como a 282, e também as obras da 285 e da 163.

Quero dizer que é uma situação difícil. Quero poder falar disso, porque dá a impressão que a gente vai correndo atrás e resolvendo problemas que não são nossos. É muito grave, sim, a postura do governo federal para com Santa Catarina. Foi o Estado que deu a maior votação proporcional a esse Presidente e nós não podemos ser tratados como os demais. Se foi dado todo esse respaldo, eu espero que a gente receba a devolutiva disso. E mais do que isso, que o Estado tenha a sabedoria, Secretário da Infraestrutura, como muito bem o senhor falou, para fazer as amarras necessárias para nós não virarmos o pagador de contas de obras federais. Não podemos permitir isso. Nós precisamos cuidar bem dos recursos que faltam já aos Municípios catarinenses – eu estive em Campo Erê na semana que passou e a Prefeita já me cobrou a obra da 305 com ciclovia, porque, Deputado Amin, tem duas leis estaduais que exigem ciclovia nas obras a serem refeitas ou feitas em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Mais um minuto.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Precisamos, sim, de uma ação de conjunto, uma ação muito forte, firme, para exigir que Santa Catarina tenha a devolutiva dos recursos que estão sendo retirados. Esse veto tem que ser zerado, a gente tem que voltar ao valor que nós tínhamos, que, aliás, também não é suficiente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Obrigado, Deputada Luciane Caminatti.

Passo, neste momento, a palavra ao Deputado Estadual Dr. Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DR. VICENTE CAROPRESO – Boa tarde e parabéns, Deputado João Amin.

Eu quero saudar os Senadores Esperidião Amin e Dário Berger, e em nome do Deputado Carlos Chiodini eu saúdo todos os Deputados Federais e as Deputadas presentes. Saúdo o Secretário da Fazenda de Santa Catarina, o Secretário da Infraestrutura, Leodegar Tiscoski, o representante do DNIT e as demais autoridades presentes.

Só faço um adendo ao que falou o Secretário Leodegar Tiscoski: a obra da 280, em Guaramirim, é relacionada ao trecho estadualizado. Por vinte anos foi delegado a Santa Catarina esse trecho de 9,5 quilômetros, e parece que amanhã está sendo dada a ordem de serviço para essa segunda fase – a primeira foi de R\$ 105 milhões. [*Transcrição: Lucas Valente Munhoz Madeira / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Eu fico também preocupado, e falo agora para os meus amigos Deputados Estaduais presentes, para saber como será feito eventualmente esse adendo de recursos estaduais para cobrir esses furos do governo federal. O fato é que o atual governo do Estado está de olho, depois de ter saneado em boa parte a economia, no desenvolvimento do Estado. São obras realmente importantíssimas, a 280, aqui no norte, realmente é um problema sério.

Eu vou lembrar uma situação: era Governador Esperidião Amin e Prefeito Berger, no ano de 1998 a 2000, quando nós tivemos que colocar dezesseis Parlamentares federais dentro do gabinete do Eliseu Padilha, Ministro de Transportes, para conseguir um trevo entre a BR-280 e a BR-101. Para vocês imaginarem, o pessoal que vinha de Barra Velha para entrar em Jaraguá do Sul, formava fila de quase trinta quilômetros. É inacreditável, mudam os tempos, mas continua a mesma dificuldade em termos de recursos. É uma situação preocupante.

Eu vejo ingredientes que podem gerar uma dificuldade pelos órgãos de controle para fiscalizar o uso de dinheiro estadual em obras federais. Então, é uma situação complexa. Vai dar muito trabalho na Assembleia Legislativa,

mas tenho certeza que nós, na Assembleia, estamos interessados no desenvolvimento do Estado e vamos procurar fazer aquilo que for melhor para ajudar. E esperamos a contrapartida do governo federal, que até agora parece-me meio que deu uma virada de costas para nós.

Então é hora de o Parlamento federal se unir em torno da infraestrutura de Santa Catarina e repor aquilo que é nosso por direito.

Obrigado, senhor Presidente João Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Obrigado, Deputado Caropreso.

Com a palavra o senhor Adriano Carlos Ribeiro, consultor da Civitatis Consultoria.

O SR. ADRIANO CARLOS RIBEIRO – Boa tarde, Deputado João Amin, obrigado pela oportunidade da fala. Cumprimentando o Deputado João Amin, cumprimento as demais autoridades.

Quando eu fiz o primeiro artigo levantando essa questão dos cortes orçamentários, que a gente acompanha há anos junto ao Congresso Nacional, mostra que precisamos fazer um elo melhor no nosso Estado. Primeiro, temos que saber se o valor investido em Santa Catarina está condizente com os recursos que nós aportamos - fato já comprovado que não. Mas temos projetos, acompanhando os projetos, caso consigamos dotações orçamentárias para obras estruturantes no Estado? É outra questão.

Na questão política - aqui está a Deputada Angela, coordenadora do Fórum -, o nosso Fórum não está preparado para levar as demandas e aqui também está o meu professor, Senador Esperidião, que tão bem falou, assim como os demais. Na questão política Santa Catarina está bem alicerçada.

Hoje, quando montei um segundo relatório e entreguei ao Deputado João Amin, fiz um comparativo entre a Lei Orçamentária de 2020 e a Lei Orçamentária de 2021, para verificar como foi o crescimento das obras e o que foi devidamente empenhado, e aí tem a questão do empenhado, liquidado e pago. O que nós temos que fazer, como sociedade civil organizada, é ter os dados para tomar decisão, Deputado Hélio Costa, para municiar os Parlamentares de Santa Catarina com essas informações. Se eu não tivesse feito esse levantamento há uma semana, nós não estaríamos nesse debate importantíssimo para o Estado - isso foi um *hobby*, porque eu gosto de acompanhar o orçamento.

Nós precisamos é profissionalizar o Estado, Deputada Angela e presidente da Fiesc, para que a gente tenha projetos estruturantes correspondentes à importância do PIB de Santa Catarina. Santa Catarina não pode ter estradas, [o setor de] infraestruturas nesse estado.

E, aqui, dou mais uma notícia: no orçamento nós não temos nenhuma receita programática, como o superintendente do DNIT mencionou, na questão portuária e aquaviária. Se nós desdobrarmos os dados da educação - encaminhei para a Deputada Luciane Carminatti, Presidente da Comissão de Educação desta Casa -, veremos que é estarrecedor. Isso que a gente não desdobrou os outros programas e ações do orçamento.

Por isso, eu vejo a importância e a necessidade do acompanhamento técnico e profissional. O nosso Estado não pode se comportar como amador, para que os nossos representantes, os três Senadores e os dezesseis Deputados Federais, possam, de forma articulada no Fórum, representar as nossas demandas. Era para ser dezessete, não é mesmo, Senador Esperidião, porque está faltando um Deputado.

Mas esse é o foco de Santa Catarina, esse é o foco dos trabalhos. Se o nosso Parlamento em Brasília, conjugado com o Parlamento de Santa Catarina... E hoje de manhã conversei com o Deputado José Milton, Presidente da Comissão de Agricultura, e, de novo, relatei a ele sobre os cortes da Defesa da Sanidade Animal e Vegetal, que eu também participei, na época, como servidor do Ministério da Agricultura. Nós vamos ter problemas também na agroindústria, porque a nossa fiscalização vai ter cortes. Nós precisamos destrinchar esse orçamento que veio de grego para Santa Catarina e precisamos de articulações.

E, aí, o Deputado João Amin, como Presidente da Comissão de Transportes, tem sido muito atuante, neste momento, para fazer os reclames, mas nós precisamos instrumentalizá-lo para que possa servir de elo entre as duas Casas. Sem inteligência de dados, sem ter noção do que é a questão da dotação orçamentária e os caminhos do processo

licitatório, nós não vamos avançar. Nós ficaremos discutindo, apontando o flagelo que é Santa Catarina, porque é uma vergonha a quantidade de projetos. Nós só temos seis ou sete projetos e temos a questão do maior gargalo do desenvolvimento do sexto PIB deste País, que não conseguimos avançar. Nós temos problemas estruturais nos nossos portos, problemas estruturais nas nossas questões aeroportuárias e precisamos ter argumentos na hora de falar com os Ministérios, não só a força política. O embasamento, por exemplo, do Deputado Chiodini, é perfeito quando ele falou, porque já foi Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e fala com propriedade.

Por isso que a gente precisa. E aqui repito, sem informações, sem dados - e a nossa formação é de administrador, Senador Esperidião e também Deputado João Amin -, nós não conseguimos avançar, nós vamos bater em parede e não vamos ter resultados. Nós temos que instrumentalizar os Parlamentares para buscar resultados.

O segundo artigo já está à disposição do Deputado João Amin, a quem agradeço a oportunidade da fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Obrigado, Adriano Ribeiro.

Com a palavra o doutor Luiz Dagoberto Corrêa Brião, Procurador-Geral do Estado.

O SR. PROCURADOR-GERAL LUIZ DAGOBERTO CORRÊA BRIÃO – Boa tarde a todos. Saúdo o Presidente, Deputado João Amin, na pessoa de quem saúdo todos os Deputados Estaduais e cumprimento vossa excelência pela iniciativa. Saúdo o Senador Esperidião Amin, parabéns, Senador, pela exposição, muito boa. Da mesma forma saúdo o Senador Dário Berger, gostei das suas palavras. Saúdo as Coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense, a Deputada Federal Angela Amin, na pessoa de quem saúdo todos os Deputados Federais; o Presidente da Comissão em âmbito federal, o Deputado Federal Carlos Chiodini, gostei da sua fala; saúdo o Secretário da Fazenda, Rogério Macanhão; o Secretário da Infraestrutura Leodegar Tiscoski, gostei da sua exposição, prática e direta. Permitam-me saudar e também gostei muito da exposição do presidente da Fiesc, o doutor Mario Aguiar; à representante da Fecam; ao superintendente do DNIT, doutor Ronaldo Carioni.

É verdade, o resto do País, os outros Estados, não são nossos inimigos, mas precisamos brigar pelo nosso quinhão. A Governadora interina Daniela tem nos dado todas as condições para trabalhar na mesma direção do Fórum Catarinense. Então ultimamente eu tenho encontrado muito o Senador Esperidião Amin, o Senador Dário Berger, enfim, toda a bancada, em razão do que já foi citado aqui pelo Senador Esperidião Amin, que ensejou a ACO 3.494 em busca da terceira pista de Navegantes - nós estamos ali atrás de em torno de R\$ 300 milhões. E lembrei agora, disse bem o Deputado Darci de Matos, volta para Santa Catarina 10% daquilo que daqui é levado.

A posição do Deputado Hélio Costa me fez refletir e, concluindo, precisamos ficar juntos. Em verdade, aqueles que dizem: olha, não podemos colocar dinheiro em estrada, me reportam a um estudo acadêmico que fiz, uma dissertação, no início dos anos 2000, e naquela época tínhamos um determinado número de pessoas, que até lembro, mas não vou citar, na pobreza absoluta em Santa Catarina. Dez anos depois eu refiz esse estudo e tinha aumentado um pouquinho, depois diminuiu, mas o que importa? Temos muita gente na pobreza absoluta. Mas o que se quer? Quando se quer melhorar a infraestrutura, está-se tentando melhorar, está-se tentando resgatar os pobres e os necessitados. O que eu quero dizer? Precisamos estar juntos e o Executivo está inteiramente à disposição do Fórum, está à disposição dos senhores Legisladores. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Eu concordo com a Deputada Luciane, eu concordo com o Deputado Caropreso, enfim, o que eu deixo? Um apelo: fiquemos juntos, Senador Esperidião Amin. Vossa excelência fez com que eu acreditasse em uma determinada tese, e aquela tese lá da ACO 3.494, tenho esperança que vai render para Santa Catarina.

O Estado, o Executivo, a Procuradoria-Geral do Estado estão inteiramente à disposição de vossa excelência. Muito obrigado e um fraternal abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Obrigado, Procurador-Geral Luiz Dagoberto Corrêa Brião.

Com a palavra a senhora Sisi Blind, representante da Federação Catarinense de Municípios (Fecam).

A SRA. SISI BLIND – Eu quero cumprimentar o Deputado João Amin e parabenizá-lo mais uma vez por este trabalho, e em outros momentos já nos encontramos em questões de infraestrutura.

Falo em nome do presidente da Fecam, Glenilton Pereira, Prefeito de Araquari, que neste momento não pôde se fazer presente devido a outras agendas.

Eu trago algumas perguntas mais ou menos daquela fase das crianças, do por quê. A gente não entende o porquê do corte. É em detrimento a outros Estados? É em relação à falta de recursos? Mas esses cortes já vêm acontecendo há muitos anos. Eu, quando Prefeita, venho de cidade pequena, a gente sempre fez lutas para que as rodovias, Deputado Hélio, fossem consertadas. Eu vi há poucos dias uma Prefeita de um pequeno Município do interior de Santa Catarina comprando material de asfalto para tapar buraco de uma rodovia estadual, porque está perdendo vidas naquele trajeto.

Eu acompanho a Federação Catarinense de Municípios, que através dos consórcios criou, junto ao governo do Estado, o Projeto Recuperar, que é um projeto em que os consórcios do Estado de Santa Catarina, os consórcios mantidos pelos Municípios, se colocaram à disposição da melhoria de estradas estaduais pela falta de condições de tráfego, tanto pela questão de buracos quanto estradas não pavimentadas. Nós estamos pleiteando mais reuniões com o Estado para trabalhar com esse tema, pela dificuldade que está se encontrando, inclusive de trabalhar esse projeto, pelos entraves da burocracia na infraestrutura. Já falamos com o Secretário pedindo uma agenda sobre esse assunto.

Eu quero dizer também que o presidente da Fecam está muito preocupado com todas essas situações, porque o desenvolvimento do Estado passa pelas rodovias. E, neste momento, nós queremos nos colocar como apoiadores dos Deputados nessa busca - a Deputada Angela falou a palavra sensibilizar – para sensibilizar o governo federal para recompôr esse orçamento.

Eu quero dizer que nós nos colocamos à disposição, junto com os 295 Prefeitos do Estado de Santa Catarina, para apoiar os Deputados no trabalho de defender o Estado de Santa Catarina. As rodovias e o povo catarinense dependem desses espaços, desse fluxo. O povo catarinense nem sempre sabe o que é rodovia federal, estadual ou municipal e cobra dos Prefeitos, lá na base, a resolução. Então os porquês são: por que o Estado tem o recurso para colocar na rodovia federal e tem que ter um Projeto Recuperar junto com os consórcios? Por que o governo federal há anos está com esse problema?

Eu quero me colocar à disposição com a Fiesc, junto com o presidente, e dizer que nós já buscamos solução privada. A 116 tem a concessão e ela deixou de ser problema como era no passado. Tem o problema das cobranças? Tem, mas eu acredito que a iniciativa privada pode, sim, ajudar na busca da solução.

Mas, neste momento, a mobilização junto com os Deputados é para que se recomponha esse orçamento para que Santa Catarina, junto com os 295 Municípios, continue crescendo e tenha possibilidade de ter esses recursos alocados aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Obrigado, ex-Prefeita Sisi Blind.

Eu anuncio a presença da Deputada Federal Caroline De Toni.

Com a palavra a senhora Deputada Federal Norma Pereira.

A SRA. DEPUTADA FEDERAL NORMA PEREIRA (SC) – Muito boa-tarde.

Cumprimento o Deputado João Amin, Presidente da Comissão; o doutor Mario Cezar de Aguiar, presidente da Fiesc; a nossa sempre Deputada Angela Amin, coordenadora do Fórum; os Senadores; os nossos Deputados Federais; os Deputados Estaduais; o Ronaldo e todas as autoridades que estão aqui.

Ouvindo atentamente todas as falas dos senhores, eu pude perceber quanto realmente o nosso Estado está carente de investimento. Somos altamente produtores de tudo e, especificamente, o Planalto Norte é produtor de matéria-prima que vai pelo Estado para agregar valor. A situação das estradas lá é um caos. Em Canoinhas tem quase quatro mil

quilômetros de estradas municipais, em Itaiópolis tem mais três mil e tantos quilômetros, tudo de barro e de lá sai grande quantidade de produção.

Aí, nós temos a SC-447, que já se fala em rodovia da aventura, que liga a BR-280, em Canoinhas a 116, lá no trevo, que vai para Papanduva e para Monte Castelo. Simplesmente um caos! Também já houve mobilização dos Prefeitos para tapar buraco. Houve umas duas ou três Operações Tapa-Buraco, mas nós temos só carga pesada: madeira, suínos, frangos, bovinos. Tudo carga pesada e a estrada não suporta mais.

Nós temos problemas gravíssimos na SC-120, na SC-135 e de fato esses recursos fazem uma falta monstruosa para os nossos Municípios. Eu estou há trinta dias em Brasília, o que já ouvi de: “Mas Santa Catarina um Estado rico”, como muito bem falado por alguém, que não recordo quem foi. E isso me deixa muito triste, porque nós somos ricos, mas na nossa produção não fica conosco e, nós estamos aqui, trabalhando e muito.

Eu concordo com todas as opiniões e quero ser parceira para que, junto com o setor produtivo, junto com os Parlamentares, junto com as autoridades, encontremos uma solução com a nossa governadora e com o Presidente da República. Que as Acis, que a Fiesc, que a Facisc tenham uma voz única.

A Governadora estará aqui, em Joinville hoje. Eu até estava em trânsito ouvindo a audiência, participando da audiência, e estarei com a Governadora e lhe entregarei essa carta da voz única. Nós precisamos de fato sensibilizar - muito bem dito pela nossa Deputada Angela Amin -, e fazer o governo federal sentir na pele que ele tem responsabilidade, que ele tem compromisso muito grande com Santa Catarina. Porque, quanto mais nós estivermos engessado e sem condições de infraestrutura para podemos levar nossa produção com eficiência e com qualidade, obviamente que, na arrecadação, também terá seus reflexos.

Então, muito obrigada pela oportunidade e estarei junto, podem contar comigo e com todas as autoridades da região que represento, do Planalto Norte, porque lá também precisa de um olhar muito especial, como todas as regiões de Santa Catarina, como a gente pode perceber nesses poucos encontros que temos.

Obrigada pela oportunidade e uma boa-tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Obrigado, Deputada Norma Pereira.

Nós tivemos uma série de encaminhamentos propostos por todos os participantes. A ideia da Comissão é fazer um documento para cobrar do governo federal, através do Fórum Parlamentar Catarinense, alguma maneira de não haver essas perdas, esses cortes para Santa Catarina. Obviamente que o documento, assim que finalizado, vai ter que passar por esta Comissão e será encaminhado a nossa bancada federal.

Eu queria agradecer a presença do doutor Mario Cezar de Aguiar, que neste momento teve que se ausentar, mas o Egídio Martorano...

O SR. DEPUTADO FEDERAL HÉLIO COSTA (SC) – Presidente, eu fui citado pelo Procurador-Geral do Estado, que disse para todo mundo: gostei, gostei, gostei. Mas para mim ele fez uma reflexão, e eu não entendi. Eu não entendi, eu não entendi.

(O senhor Senador Esperidião Amin manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Ah, refletiu. Tá bom então. Obrigado. Então nós vamos embora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Está bom, Deputado.

Eu queria agradecer a presença do doutor Mario Cezar de Aguiar, que teve que se ausentar, mas o doutor Egídio Martorano o representa neste momento, e ele fez a sua sugestão; agradecemos o Senador Dário Berger, que é Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado; o Senador Esperidião Amin; a Deputada Federal Angela Amin, coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense; o senhor Deputado Carlos Chiodini, Presidente da Comissão de Viação e Transportes da Câmara Federal; o Deputado Hélio Costa; o Deputado Darci de Matos; a Deputada Norma Pereira; a Deputada Caroline De Toni; o Deputado Ivan Naatz; o Deputado Vicente Caropreso; a Deputada Luciane Carminatti; o

superintendente regional do DNIT, Ronaldo Carioni; o Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Santa Catarina, Leodegar Tiscoski; o Secretário da Fazenda, Rogério Macanhão; o doutor Luiz Dagoberto Corrêa Brião, Procurador-Geral do Estado; o senhor Adelar José Provenci, que representa a União dos Vereadores de Santa Catarina; a senhora Sisi Blind, que representa a Fecam; e o Adriano Ribeiro que nos acompanha nesta reunião.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei a presente Ata com apoio da Coordenadoria da Taquigrafia das Comissões, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 05 de maio de 2021.

Deputado João Amin

Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA PELO SISTEMA SDD.

Aos vinte cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se pelo sistema de videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Milton Hobus, os membros da Comissão: Deputada Paulinha, Deputado Fabiano da Luz, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Coronel Mocellin, Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Maurício Eskudlark e Deputado João Amin. Havendo quórum regimental, o Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a Ata da 10ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando início à Ordem do Dia, o Presidente passou a palavra ao Deputado João Amin que relatou as seguintes matérias: PL./0158.0/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Dá nova redação ao Capítulo II do Título III da Lei nº 17.292, de 2017, que “Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência”, para o fim de assegurar o ingresso dessas pessoas nos meios de transporte intermunicipal, público e/ou privado, seja fluvial, marítimo, lacustre ou rodoviário, e também nos táxis e/ou veículos gerenciados por aplicativo eletrônico, inclusive quando se fizerem acompanhar de cão-guia ou de cão de assistência, no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil, à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE, a Secretaria do Estado do Desenvolvimento Social – SDS e a Procuradoria Geral do Estado - PGE, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0144.5/2021, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de coletores de água da chuva em obras realizadas pelo Poder Público e adota outras providências”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil, à Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina, à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade e a Procuradoria Geral do Estado – PGE, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0122.0/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, que “Institui a Política de Incentivo ao Cicloturismo no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil, à Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina, à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade e a Procuradoria Geral do Estado – PGE, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0130.0/2021, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, que “Dispõe sobre o dever de os estabelecimentos comerciais do ramo alimentício de informar a substituição do queijo, requeijão e de outros produtos lácteos por produtos análogos”. Apresentou requerimento de diligência à Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PRS./0004.5/2021, de autoria da Deputada Ana Campagnolo e Outros, que “Cria a Procuradoria Especial do Homem no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência interna à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PLC/0006.2/2021, de autoria do Governo do Estado, que “Altera a Lei Complementar nº 317, de 2005, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria-Geral do Estado, o regime jurídico dos Procuradores do Estado, e estabelece outras providências”. Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedida;

MSV/00667/2021, de autoria do Governo do Estado, que “Veto Total ao PL/0273/20, de autoria do Deputado Altair Silva, que “Dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nas condições que especifica”. Exarou parecer pela rejeição do veto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado pela maioria com voto contrário do Deputado Fabiano da Luz; PL./0406.8/2017, de autoria do Deputado Cesar Valduga, que “Institui, no âmbito do sistema estadual de ensino, o Programa Escola sem Mordação”. Apresentou parecer pela inadmissibilidade da matéria, que posto em discussão e votação foi concedida vista em gabinete ao Deputado Fabiano da Luz; PL./0373.5/2020, de autoria da Deputada Paulinha, que “Dispõe sobre condições para o funcionamento do setor turístico em tempos de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia no Estado de Santa Catarina”. Apresentou parecer pela inadmissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado pela maioria com voto contrário do Deputado Coronel Mocellin. Em seguida foi cedida a palavra ao Deputado Fabiano da Luz, que relatou as seguintes matérias: PDL./0002.5/2021, de autoria do Deputado João Amin, que “Revoga o inciso V-A do Decreto nº 1.221, de 23 de março de 2021, por violação ao direito fundamental e não observância da Lei nº 18.006, de 2020”. Apresentou parecer pelo arquivamento da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado pela maioria com abstenção do Deputado João Amin; PL./0004.5/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, que “Veda a exigência de preenchimento cadastral com informações já fornecidas a outros órgãos públicos”. Exarou parecer pela admissibilidade da matéria, que, posto em discussão e aprovação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Maurício Eskudlarlk; PL./0006.7/2021, de autoria do Deputado Jair Miotto, que “Autoriza e define a prática da telemedicina no Território do Estado de Santa Catarina”. Apresentou parecer pela inadmissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista ao Deputado Milton Hobus; PL./0111.7/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que “Dispõe sobre a notificação compulsória do teste de triagem neonatal, para todas as crianças no Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer pela admissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0105.9/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Altera a Lei nº 12.854, de 2003, que “Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais”, para o fim de incluir vedação à realização de tatuagens e/ou a colocação de “piercings” em animais, com finalidade estética, no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer pela admissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado José Milton Scheffer e ao Deputado Moacir Sopelsa; PL./0127.4/2021, de autoria da Deputada Marlene Fengler, que “Institui a Política Estadual de Formação de Docentes da Educação Básica para as Tecnologias da Informação e Comunicação (PDTIC)”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil e a Secretaria de Estado da Educação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0133.2/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que “Dispõe sobre a inexigibilidade, temporária, da multa prescrita no art. 13, I, “a” da Lei nº 13.136, de 2004, que “Dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e doação de quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD”, enquanto estiver em vigor, em Santa Catarina, o estado de calamidade pública declarado para fins de enfrentamento da pandemia de COVID-19”. Exarou parecer pela admissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0148.9/2021, de autoria do Deputado Ricardo Alba, que “Altera a Lei nº 17.335, de 2017, para incluir o dia 28 de abril como o Dia da Conscientização sobre a Doença de Fabry e adota outras providências”. Apresentou parecer pela admissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Logo após, foi passada a palavra ao Deputado Valdir Cobalchini que relatou as seguintes matérias: PEC./0006.4/2020, de autoria do Deputado Cesar Valduga e outros, que “Estabelece eleição direta e mandado de 4 anos para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina”. Apresentou parecer pela rejeição e arquivamento da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0027.1/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que “Cria o Banco de Dados de Reconhecimento Facial e Digital para a Prevenção ao Desaparecimento de Crianças e Adolescentes e adota outras providências”. Apresentou parecer pela admissibilidade da matéria com Emenda Substitutiva Global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0150.3/2021, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que “Dispõe sobre o serviço de turismo em motocicletas e motociclos no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil para que colha manifestação da Procuradoria Geral do Estado – PGE, ao Departamento Estadual de Transito – DETRAN e a Agencia de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina - SANTUR, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0154.7/2021, de autoria do Deputado Milton Hobus, que

“Reconhece o Santuário do Louvor, situado no Município de Ituporanga, como ponto turístico religioso do Estado de Santa Catarina”. Apresentou parecer pela admissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0165.0/2021, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que “Institui a Política Estadual do Sistema Integrado de Informações sobre Mobilidade Urbana e Segurança Viária no Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil para que colha manifestação da Procuradoria Geral do Estado – PGE, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE, da Secretaria de Estado de Saúde – SES e da Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ademais, o Deputado Coronel Mocellin relatou as seguintes matérias: PL./0094.1/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que “Inclui os §§ 4º e 5º na redação da Lei nº 18.032, de 2020, assegurando o direito ao exercício integral e regular das atividades comerciais do ramo alimentício e adota outras providências”. Exarou parecer pela admissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PDL/0010.5/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima, que “Revoga o Decreto Legislativo nº 18.332, de 2020, que “Declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000”. Apresentou parecer pelo arquivamento da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0168.2/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que “Institui o Programa Emergencial Catarinense de Vacinação Contra a Covid-19 no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência interna à Secretaria de Estado da Saúde, à Secretaria de Estado da Administração e a Federação Catarinense dos Municípios - FECAM, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0155.8/2021, de autoria do Deputado Pe. Pedro Baldissera, que “Dispõe sobre a suspensão durante a Pandemia da COVID-19, do cumprimento de mandados de reintegração de posse e imissão na posse, desocupações ou remoções judiciais ou extrajudiciais em imóveis privados ou públicos, urbanos ou rurais, que sirvam para moradia ou que tenham se tornado produtivos pelo trabalho individual ou familiar”. Apresentou requerimento de diligência ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJSC, ao Ministério Público de Santa Catarina – MPSC e a Procuradoria Geral do Estado - PGE, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0169.3/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que “Determina a suspensão do cumprimento de mandados de reintegração de posse, despejos e remoções judiciais ou extrajudiciais durante a vigência do estado de calamidade pública, e adota outras providências”. Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedida. Em seguida foi cedida a palavra a Deputada Paulinha, que relatou as seguintes matérias: PL./0134.3/2021, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que “Ficam incluídos os trabalhadores da área de saneamento básico em todo o Estado de Santa Catarina, como grupo prioritário do Plano Estadual de Vacinação contra a COVID-19”. Exarou parecer pela admissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0508.2/2019, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que “Proíbe a interrupção, o abandono ou alteração, sem justificativa legal, de obras, ações, projetos e programas em andamento, voltados ao implemento de políticas públicas ou à execução de obras de comprovada necessidade da população”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Estado da Administração, à Secretaria de Estado da Infraestrutura e a Procuradoria Geral do Estado - PGE, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0356.4/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que “Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do Estado de Santa Catarina ao aprendizado da língua portuguesa, de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino. Dentro deste projeto foi apensado os PL./0356.4/2020 e PL./0369.9/2020”. Apresentou parecer pela admissibilidade da matéria com Emenda Substitutiva Global, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em mesa ao Deputado José Milton Scheffer. Dada a palavra ao Deputado Maurício Eskudlark, que relatou as seguintes matérias: PL./0361.1/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto, que “Proíbe o ingresso em exposição de obras de arte e espetáculos que disponham de conteúdo impróprio para crianças e adolescentes no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado – PGE e a Secretaria de Estado da Cultura, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0096.3/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Altera a Lei nº 17.902, de 2020, que “Dispõe sobre a aplicação de multa para pessoas que participem da tradição açoriana conhecida como ‘Farra do Boi’ em Território catarinense estabelece outras providências”, para aumentar o valor da multa aplicada aos infratores”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado – PGE e a Secretaria de Estado de Segurança Pública, que, posto em discussão e

votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0100.4/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Veda à Celesc Distribuição S. A. cobrar contraprestação pelo serviço de recebimento de doações destinadas a associações conveniadas, em faturas de energia elétrica”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado – PGE e a Centrais Elétricas de Santa Catarina - Distribuição S.A - CELESC, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0129.6/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que “Dispõe sobre a destinação dos recursos financeiros provenientes de multas decorrentes de infrações administrativas relacionadas às medidas de enfrentamento à Covid-19, para aquisição de insumos e equipamentos hospitalares de combate à pandemia, no âmbito Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado – PGE, à Secretaria de Estado de Saúde e a Secretaria de Estado da Fazenda, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0128.5/2021, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que “Assegura aos estudantes e aos professores o desconto de 50% (cinquenta por cento) na aquisição de livros”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado – PGE, à Secretaria de Estado da Educação, à Secretaria de Estado da Cultura e a Secretaria de Estado da Fazenda, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0028.2/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Altera a Lei nº 15.381, de 2010, que “Disciplina a nomeação para cargo em comissão na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Santa Catarina”, para o fim de incluir vedação à nomeação para funções gratificadas de pessoas condenadas, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes praticados contra a mulher, a criança, o adolescente e o idoso, em todas as suas formas”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil e a Procuradoria Geral do Estado – PGE, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0059.9/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Estabelece aos condomínios residenciais o dever de comunicação à Delegacia de Polícia Civil, sobre a ocorrência de maus-tratos e/ou abuso a animais em suas dependências”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado – PGE, à Polícia Civil - PCSC e a Polícia Militar-PMSC, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Apresentou requerimento de apensamento e tramitação conjunta do PL./0156.9/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que “Estabelece medidas de segurança a serem adotadas em instituições de ensino na forma em que especifica e determina outras providências”, ao PLC/0004.0/2021, de autoria da Deputada Dirce Heiderscheidt, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização dos serviços de vigilantes em todas as escolas, creches, berçários e afins, públicas e privadas em todo o território do Estado de Santa Catarina e adota outras providências”, aos autos do que, por se tratarem de matérias análogas, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Devolução de vista sem manifestação ao PL./0206.2/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster, que “Dispõe sobre a criação da Força Estadual da Saúde de Santa Catarina”. Posto em votação o parecer pela inadmissibilidade da matéria, exarado pelo relator Deputado Ivan Naatz, foi aprovado por unanimidade; PL./0131.0/2021, de autoria do Deputado Milton Hobus, que “Altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para denominar “Arquiteto Galeano Ramos Vieira”, trecho da Rodovia SC-390”. Exarou parecer pela admissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; MSV/00601/2021, de autoria do Governo do Estado, que “Veto Total ao PL/494/19, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Assegura aos portadores de diabetes o direito ao atendimento preferencial/prioritário na realização de exames em jejum em laboratórios, clínicas, hospitais da rede pública e privada no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Apresentou parecer pela manutenção do veto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; MSV/00442/2020, de autoria do Governo do Estado, que “Veto total ao PL/063/20, de autoria de todos os Deputados, que fica vedada a cobrança de água e energia elétrica dos hospitais públicos e hospitais filantrópicos, bem como das clínicas de hemodiálise contratualizados com o Sistema Único de Saúde, no Estado de Santa Catarina até 31 de dezembro de 2020, devido à crise causada pela COVID-19”. Apresentou parecer pela manutenção do veto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; MSV/00584/2020, de autoria do Governo do Estado, que “Veto Total ao PL/255/20, de autoria do Deputado Volnei Weber, que “Dispõe sobre a suspensão do prazo de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nos casos que especifica, enquanto vigorar a decretação estadual de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, e

adota outras providências". Apresentou parecer pela manutenção do veto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; MPV/00241/2021, de autoria do Governo do Estado, que "Autoriza a prorrogação excepcional dos contratos dos integrantes do Serviço Auxiliar Temporário da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC) e estabelece outras providências". Apresentou parecer pela admissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Deputado Moacir Sopelsa relatou as seguintes matérias: PLC/0008.4/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, que "Altera a Lei Complementar nº 465, de 2009, que "Cria o Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências", para que as deliberações empatadas sejam decididas a favor do contribuinte". Apresentou requerimento de diligência ao Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina – COFEM/SC, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; MPV/00238/2021, de autoria do Governo do Estado, que "Dispõe sobre o ressarcimento a hospitais prestadores de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) de despesas extraordinárias realizadas com vistas ao enfrentamento do agravamento no Estado da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019". Exarou parecer pela admissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0146.7/2021, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que "Institui a política estadual para o estímulo da atividade de cuidador de idosos e adota outras providências". Apresentou parecer pela admissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado José Milton Scheffer. Após, foi dada a palavra ao Deputado José Milton Scheffer, que relatou as seguintes matérias: MPV/00239/2021, de autoria do Governo do Estado, que "Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 17.939 de 2020, que suspende até o dia 31 de dezembro de 2020 a obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de média e alta complexidade, no âmbito das gestões estadual e municipais, bem como da política hospitalar catarinense". Apresentou parecer pela admissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PSA/0019.6/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que "Susta o Decreto nº 890, de 14 de outubro de 2020, do Poder Executivo Estadual". Apresentou parecer pelo arquivamento, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0197.7/2020, de autoria da Deputada Paulinha, que "Dispõe sobre procedimentos a serem adotados nos concursos públicos no âmbito da administração direta, das autarquias, das fundações e empresas públicas, das sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Executivo, no âmbito do Estado de Santa Catarina". Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedida. PSA/0018.5/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que "Susta o §5º do art. 9º do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, e dispositivos das Portarias do Poder Executivo que versam sobre a mesma matéria". Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedida; PSA/0021.0/2020, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que "Fica susgado o ato de medidas restritivas de toque de recolher instituída pelo Governador de Santa Catarina Carlos Moisés da Silva com a edição do Decreto nº 970, de 4 de dezembro de 2020". Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedida. Em seguida o presidente Deputado Milton Hobus passou a relatar as seguintes matérias: MSV/00679/2021, de autoria do Governo do Estado, que "Veto Total ao PL/064/21, de autoria do Governador do Estado, que "Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019". Apresentou parecer pela rejeição do veto, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado João Amin; MSV/00680/2021, de autoria do Governo do Estado, que "Veto Total ao PL/065/21, de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza a abertura de crédito especial em favor da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade e adota outras providências". Apresentou parecer pela rejeição do veto, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado João Amin; PL./0049.7/2021, de autoria do Governo do Estado, que "Institui o Programa Catarinense de Recuperação Fiscal de 2021 (PREFIS-SC/2021) e estabelece outras providências". Exarou parecer pela admissibilidade com Emenda Substitutiva Global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PLC/0007.3/2021, de autoria do Ministério Público, que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 738, de 23 de janeiro de 2019". Apresentou parecer pela admissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; RQC/0011.1/2021, de autoria do

Deputado Valdir Cobalchini, que “Requer a constituição de Comissão Mista formada por membros da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Agricultura e Política Rural e pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, com o objetivo de propor a revisão do Código Estadual do Meio Ambiente Catarinense, Lei nº 14.675, de 2009”. Exarou parecer pela admissibilidade, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Consequente, o Deputado José Milton Scheffer relatou a seguinte matéria: Devolução de vista sem manifestação do PL./0356.4/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que “Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do Estado de Santa Catarina ao aprendizado da língua portuguesa, de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino. Dentro deste projeto foram apensado os PL./0356.4/2020 e PL./0369.9/2020”. Posto em votação o parecer pela admissibilidade com Emenda Substitutiva Global, exarado pela relatora Deputada Paulinha, foi aprovado por unanimidade. Por fim, o Presidente agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes, e encerrou esta reunião da qual eu, Alexandre Luiz Soares, Secretário de Comissão, lavei a Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Plenário Deputado Osni Régis, 25 maio de 2021.

Deputado Milton Hobus

Presidente da Reunião da Comissão de Constituição e Justiça

Processo SEI 21.0.000000524-7

ATOS INTERNOS

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 250, de 08 de junho de 2021

Dispõe sobre a alteração de subordinação da Seção de Sonorização, constante do Anexo único do Ato da Mesa nº 159, de 2007, da Coordenadoria de Serviços Gerais para a Diretoria de Comunicação Social, bem como, sobre a alteração de vinculação das respectivas funções de confiança, constantes do Anexo Único do Ato da Mesa nº 160, de 2007.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a subordinação da Seção de Sonorização, constante do Anexo Único do Ato da Mesa nº 159, de 15 de agosto de 2007, da Coordenadoria de Serviços Gerais para a Diretoria de Comunicação Social.

Art. 2º Fica alterada a vinculação das seguintes funções de confiança, constantes do Anexo Único do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, da Coordenadoria de Serviços Gerais para a Diretoria de Comunicação Social:

I – Chefia de Seção - Seção de Sonorização, código PL/FC, nível 3; e

II – Assessoria Técnica-Administrativa – Apoio Técnico de Sonorização, código PL/FC, nível 2.

Art. 3º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado **RICARDO ALBA** - Secretário

Deputado **RODRIGO MINOTTO** - Secretário

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1210, de 07 de junho de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

MATR	NOME DO SERVIDOR	QDE DIAS	INÍCIO EM	PROC.SEA Nº
707	ALBERTO MAGNO PALADINI	90	01/06/2021	894/2021
7207	ANA TERRA DEPIZZOLATTI GONCALVES	80	03/06/2021	2371/2021
2124	DENISE DA SILVA DA COSTA	90	02/06/2021	930/2021

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

Republicada por Incorreção

PORTARIA Nº 1212 de 8 de junho de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR MARIZA DAMO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP JULIO GARCIA – CHAPECÓ).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI Nº 21.0.000000136-5

PORTARIA Nº 1213 de 8 de junho de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR SILVIA TERESINHA KUHN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP VALDIR COBALCHINI – SÃO MIGUEL DO OESTE).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI Nº 21.0.000000485-2

PORTARIA Nº 1214, de 8 de junho de 2021

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 24, da Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010,*

PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 1214/2020, de 27 de novembro de 2020, que constituiu Comissão de Sindicância Acusatória, a contar de 1º de junho de 2021.

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

Processo SEI 21.0.000000172-1

PROJETOS E LEIS

LEI

LEI Nº 18.132, DE 2 DE JUNHO DE 2021

Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio emergencial, na forma de subsídio integral da taxa de juros remuneratórios de operações de crédito, a microempreendedores individuais (MEI) e a micros e pequenos empreendedores com sede no Estado, para enfrentamento dos prejuízos econômicos e sociais advindos da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e estabelece outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber que o Governador do Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 51 da Constituição do Estado, adotou a Medida Provisória nº 236, de 29 de março de 2021, e, nos termos do disposto no § 8º do art. 318 do Regimento Interno, eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio emergencial, na forma de subsídio integral da taxa de juros remuneratórios de operações de crédito, a microempreendedores individuais (MEI) e a micros e pequenos empreendedores com sede no Estado, para enfrentamento dos prejuízos econômicos e sociais advindos da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, ofertadas pela Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC) e pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), nos termos estabelecidos em regulamentação desta Lei, complementar à Lei nº 17.935, de 4 de maio de 2020.

Art. 2º Fica o valor do subsídio financeiro a ser concedido pelo Poder Executivo nos termos desta Lei limitado a R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) para operações de crédito firmadas pelo BADESC e pelo BRDE.

§ 1º Ficam as operações de crédito de que trata esta Lei sujeitas às seguintes condições:

- I – para MEI, o valor contratual máximo será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- II – para micro e pequeno empreendedor, o valor contratual máximo será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- III – o prazo de carência das operações será de 12 (doze) meses e o de amortização será de 36 (trinta e seis) meses; e
- IV – na avaliação para a concessão do crédito, deverão ser considerados os últimos 24 (vinte e quatro) meses do faturamento.

§ 2º Para atendimento de MEI, ficam o BADESC e o BRDE autorizados a efetuar as operações de crédito por intermédio de outras instituições.

Art. 3º As operações de crédito com recursos subsidiados pelo Estado não poderão ser utilizadas para o pagamento de:

I – multas e juros moratórios devidos pelos beneficiários ao BADESC e BRDE, por atraso no cumprimento das obrigações contratuais;

II – subsídios financeiros de operações de crédito inadimplidas ou em inadimplemento;

III – subsídios financeiros de operações de crédito renegociadas ou refinanciadas, bem como as que a estas sucederem; e

IV – subsídios financeiros de operações de crédito que prevejam a incidência de Tarifa de Abertura de Crédito (TAC), tarifa de cobrança, tarifa de boleto ou quaisquer outras taxas ou tarifas.

Art. 4º Para acompanhamento e fiscalização do valor correspondente aos juros subsidiados pelo Estado, o BADESC e o BRDE encaminharão à Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), mensalmente, relatório pormenorizado das operações de crédito concedidas, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I – período de referência;

II – número do contrato, data do contrato e número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do beneficiário;

III – valor financiado, número de parcelas de amortização e saldo a pagar; e

IV – valor mensal do subsídio a pagar.

Art. 5º Os micros e pequenos empreendedores beneficiados por esta Lei devem manter quadro de funcionários compatível com a realização da sua atividade econômica, mantendo, no mínimo, o mesmo quadro de funcionários pelo período da carência concedida.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias, no Orçamento Geral do Estado, consignadas nos Encargos Gerais do Estado, no Programa Revitalização da Economia Catarinense, subação 15079 - Programa Emergencial Covid 19 - Lei 17.935/2020.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 2 de junho de 2021.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente

RELATÓRIOS

RELATÓRIO DE BENS E SERVIÇOS

RELATÓRIO DAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 01/05/2021 a 31/05/2021

Número da autorização: 000229/2021

Número do processo: 000105/2021

Data: 03/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: M-Consult Tecnologia Ltda

Sector: DA - COORDENADORIA DE SERVICOS GERAIS

Objeto: Contratação de empresa para a Gestão de Software dos serviços de Telefonia Móvel/Fixa e Comunicação de Dados, para realizar de forma mais clara e eficiente a conferencia das faturas mensais, evitando assim desperdícios financeiros com cobranças indevidas. Contrato anual (12 meses) com pagamento mensal. Por solicitação da Coordenadoria de Serviços Gerais.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39449	12,00	SV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A GESTÃO DE SOFTWARE DOS SERVIÇOS DE TELECOM, ABRANGENDO TELEFONIA FIXA, TELEFONIA MÓVEL, DADOS.	1.450,00	17.400,00

Número da autorização: 000230/2021

Número do processo: 000106/2021

Data: 03/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: ENERGILUZ COM. MAT. ELET.LTDA

Sector: DA - COORDENADORIA DE SERVICOS TECNICOS

Objeto: Aquisição de componentes elétricos para melhoria da infraestrutura do sistema de iluminação do letreiro da fachada do Palácio Barriga Verde.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39450	20,00	UN	CAIXA DERIVACAO HERMETICA	103,09	2.061,80
39451	100,00	UN	PARAFUSO DE ACO PHILIPS	0,38	38,00
39452	100,00	UN	BUCHA DE NYLON	0,13	13,00
39453	100,00	UN	ARRUELA LISA	0,05	5,00

Número da autorização: 000231/2021 **Número do processo:** 000106/2021 **Data:** 03/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA - ME

Setor: DA - COORDENADORIA DE SERVICOS TECNICOS

Objeto: Aquisição de componentes elétricos para melhoria da infraestrutura do sistema de iluminação do letreiro da fachada do Palácio Barriga Verde.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39454	80,00	UN	PRENSA CABOS ROSCA GAS	10,00	800,00

Número da autorização: 000235/2021 **Número do processo:** 000108/2021 **Data:** 06/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: MUNDO OFFICE DISTRIBUIDORA LTDA

Setor: DL - COORDENADORIA DE DOCUMENTACAO

Objeto: Aquisição de um (01) carrinho destinado à movimentação de caixas de documentos e de livros armazenados no Arquivo Central e higienizados no Laboratório de Restauração Documental. Atendendo solicitação da Coordenadoria de Documentação.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39458	1,00	UN	CARRINHO EM AÇO COM RODÍZIO TAMANHO 1000MMX700X500	1.990,00	1.990,00

Número da autorização: 000236/2021 **Número do processo:** 000109/2021 **Data:** 07/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: Marialene Simioni de Lima Me

Setor: DL - COORDENADORIA DE APOIO AO PLENARIO

Objeto: Encadernação das Atas das Sessões realizadas por esta Casa, referentes ao ano de 2020. Atendendo à solicitação da Coordenadoria de Apoio ao Plenário.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39459	2,00	SV	ENCADERNAÇÃO DE ATAS	220,00	440,00

Número da autorização: 000237/2021 **Número do processo:** 000110/2021 **Data:** 07/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: CEIMAÇON COLETA DE ENTULHOS E DETRITOS LTDA CNPJ 02.819.281/0001-34

Setor: DA - COORDENADORIA DE SERVICOS TECNICOS

Objeto: Locação de 03 (três) caçambas tipo BROOKS para coleta de resíduos de obra remanescentes no 4º andar do Palácio Barriga Verde. Atendendo solicitação da Coordenadoria de Serviços Técnicos.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39460	3,00	SV	LOCAÇÃO DE CAÇAMBA COLETORES DE RESÍDUOS "TIPO BROOKS"	200,00	600,00

Número da autorização: 000239/2021 **Número do processo:** 000111/2021 **Data:** 10/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: SERGIO AIRAN CANALE MEI 350.496.699-87

Setor: DL - CAP - GERENCIA DE SESSOES SOLENES E ESPECIAIS

Objeto: Aquisição de 06 (seis) troféus para atender a premiação da Certificação de Responsabilidade Social que ocorrerá em dezembro do corrente ano. A pedido da Comissão de Assessoramento de Certificação de Responsabilidade Social.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39463	6,00	UN	TROFEU RESPONSABILIDADE SOCIAL - AUTOR SERGIO CANALE	300,00	1.800,00

Número da autorização: 000240/2021 **Número do processo:** 000112/2021 **Data:** 10/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: COMPUTER SHOP TELEMÁTICA LTDA.

Setor: 1ª VICE-PRESIDENCIA

Objeto: Solicitação para aquisição de 01 (um) Kit Ribbon e Papel Fotográfico para a impressora de modelo Kodak 305 Photo Printer, para impressão de fotografias. Por solicitação do Gabinete do Deputado Nilso Berlanda.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39464	1,00	KIT	KIT RIBBON + PAPEL FOTOGRAFICO	489,00	489,00

Número da autorização: 000242/2021 **Número do processo:** 000114/2021 **Data:** 12/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: GABRIELA GUIMARÃES METALÚRGICA EIRELI

Setor: DA - COORDENADORIA DE SERVICOS TECNICOS

Objeto: Aquisição com instalação de um portão em ferro galvanizado para lixeira da Unidade Administrativa, medindo 1,00x 1,30m. A pedido da Coordenadoria de Serviços Técnicos da ALESC.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39470	1,00	UN	PORTÃO EM FERRO GALVANIZADO	1.250,00	1.250,00

Número da autorização: 000243/2021 **Número do processo:** 000113/2021 **Data:** 11/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: FLORANDA DISTRIBUIDORA DE FLORES E PLANTAS

Setor: DA - COORDENADORIA DE SERVICOS TECNICOS

Objeto: Contratação de Empresa especializada para fornecimento de produtos de jardinagem para as dependências do Prédio do Palacio Barriga Verde e

Unidade Administrativa. A pedido da Coordenadoria de Serviços Técnicos.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39471	10,00	UN	CACHEPOT PARA POTE 15	11,40	114,00

Número da autorização: 000244/2021 **Número do processo:** 000113/2021 **Data:** 11/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: FLORANDA DISTRIBUIDORA DE FLORES E PLANTAS

Setor: DA - COORDENADORIA DE SERVICOS TECNICOS

Objeto: Contratação de Empresa especializada para fornecimento de produtos de jardinagem para as dependências do Prédio do Palacio Barriga Verde e

Unidade Administrativa. A pedido da Coordenadoria de Serviços Técnicos.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39472	10,00	UN	MUDAS DE BEGONIA (CAIXA COM 15 MUDAS)	20,00	200,00
39473	30,00	UNIDADE	MUDAS DE FLOR DO ESPÍRITO SANTO (EUPHORBIA MUDA VERMELHA-PT14 HOL)	20,00	600,00
39474	6,00	UN	MUDAS ORQUÍDEAS PHALAENOPSIS POTE 15 COM DUAS HASTES	55,00	330,00
39475	6,00	UN	MUDAS ORQUÍDEAS PHALAENOPSIS MINI POTE 09 COM DUAS HASTES	39,00	234,00

Número da autorização: 000245/2021 **Número do processo:** 000115/2021 **Data:** 13/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: MÁRIO FABRICAÇÃO DE MÓVEIS LTDA

Setor: DA - CRM - GERENCIA DE PATRIMONIO

Objeto: Contratação de empresa para restaurar mobiliário de madeira de imbuia tipo balcão, padrao gabinete parlamentar para reaproveitamento com registro patrimonial sob número 006275/31827, a pedido da Gerência de Patrimônio da ALESC.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39476	1,00	SV	RESTAURAÇÃO DE MOBILIÁRIO DE MADEIRA	1.290,00	1.290,00

Número da autorização: 000246/2021 **Número do processo:** 000116/2021 **Data:** 13/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: ORTOBIG COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ORTOPEDICOS LTDA ME

Setor: DRH - COORDENADORIA DE SAUDE E ASSISTENCIA

Objeto: Aquisição de aparelho respiratório, atendendo a solicitação da Coordenadoria de Saúde e Assistência.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39477	2,00	UN	APARELHO RESPIRON CLASSIC	35,80	71,60
39478	50,00	UN	CATETER PARA OXIGENIO TIPO OCULOS	1,83	91,50

Número da autorização: 000247/2021 **Número do processo:** 000117/2021 **Data:** 17/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: COMPUTER SHOP TELEMÁTICA LTDA.

Setor: DG - ESCOLA DO LEGISLATIVO

Objeto: Solicitação de compra direta de 05 (cinco) webcams para atender as demandas da Escola do Legislativo da ALESC.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39479	5,00	UN	WEBCAM 720P LOGITECH C270 C/ MICROFONE	369,00	1.845,00

Número da autorização: 000248/2021 **Número do processo:** 000107/2021 **Data:** 05/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: LATAMSUL IMPORTAÇÃO SERV E COM DE ELETRONICOS LTDA

Setor: DG - DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES

Objeto: Aquisição de Licenças anuais do Software ZoomMeetings - 06 (seis) Zoom Reuniões Profissional com 100 (cem participantes) e 01 (uma) licença anual Zoom Expansão Large com 1.000 (mil participantes). Conforme solicitação da Diretoria de Tecnologia e Informação da ALESC.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39480	1,00	SV	LICENÇA DE SOFTWARE ZOOM EXPANSÃO LARGE	6.100,00	6.100,00
39481	6,00	SV	LICENÇA DE SOFTWARE ZOOM MEETINGS PROFESSIONAL	1.385,00	8.310,00

Número da autorização: 000249/2021

Número do processo: 000118/2021

Data: 17/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: ZAPPELINI MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO EIRELI

Setor: DRH - COORDENADORIA DE SAUDE E ASSISTENCIA

Objeto: Contratação de empresa especializada, a fim de elaborar Laudo Técnico de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP). Conforme solicitação da Coordenadoria de Saúde e Assistência da ALESC.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39482	2,00	SV	PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP)	72,00	144,00

Número da autorização: 000250/2021

Número do processo: 000119/2021

Data: 19/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: JUNKES PRODUÇÃO E COMERCIO LTDA

Setor: DA - COORDENADORIA DE SERVICOS TECNICOS

Objeto: Aquisição de plantas ornamentais e produtos de jardinagem para dependências do Palácio Barriga Verde e Unidade Administrativa. Atendendo solicitação da Coordenadoria de Serviços Técnicos .

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39483	3,00	UN	CASCA DE PINUS POLIDA. SACO 40LITROS	17,00	51,00
39484	2,00	PACOTE	FERTILIZANTE FORTH -JARDIM PACOTE 400G	12,00	24,00
39485	2,00	UN	FORTH INSETICIDA - FORTH	12,00	24,00
39486	2,00	PACOTE	MUDAS DE DRACENA MASSAGEANA PACOTE 24	50,00	100,00
39487	40,00	UN	MUDAS MINI HIBISCUS SUNNY CITYE	12,00	480,00
39488	40,00	UN	MUDAS ORQUÍDEAS PHALAENOPSIS MINI POTE 09 COM DUAS HASTES	44,00	1.760,00
39489	100,00	UNIDADE	MUDAS SUMPATIENS POTE 11	5,40	540,00
39490	40,00	UN	ORQUÍDIA PHALAENOPSIS - 2 HASTES PERFILHADAS - POTE 15	70,00	2.800,00

Número da autorização: 000251/2021

Número do processo: 000119/2021

Data: 19/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: FLOWERSHOP JARDINAGEM EIRELI

Setor: DA - COORDENADORIA DE SERVICOS TECNICOS

Objeto: Aquisição de plantas ornamentais e produtos de jardinagem para dependências do Palácio Barriga Verde e Unidade Administrativa. Atendendo solicitação da Coordenadoria de Serviços Técnicos .

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39491	4,00	UNIDADE	MUDAS DE DRACENA COMPACTA POTE 24	25,00	100,00
39492	10,00	UN	MUDAS CROTON POTE 24 PRETA	58,00	580,00

Número da autorização: 000253/2021

Número do processo: 000121/2021

Data: 20/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: ATACADO LITORAL LTDA

Setor: DA - CRM - GERENCIA DE ALMOXARIFADO

Objeto: Aquisição de 25 (vinte e cinco) caixas de copo plástico 180ml. Atendendo solicitação da Gerência do Almoarifado.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39495	25,00	CAIXA	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 180 ML	98,90	2.472,50

Número da autorização: 000254/2021

Número do processo: 000122/2021

Data: 20/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: Kompetenz Climatização

Setor: DA - COORDENADORIA DE SERVICOS TECNICOS

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviço de pressurização e conserto de serpentina na Coordenadoria de Saúde sala 209 (Psicologia) com Patrimônio 56280. Por solicitação da Coordenadoria de Serviços Técnicos.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39496	1,00	SV	SERVIÇO DE PRESSURIZAÇÃO COM NITROGENIO E CONSERTO DE SERPENTINA PATRIMÔNIO 56280	600,00	600,00

Número da autorização: 000255/2021

Número do processo: 000123/2021

Data: 21/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: LATAMSUL IMPORTAÇÃO SERV E COM DE ELETRONICOS LTDA

Setor: DG - DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES

Objeto: Aquisição de Plug-ins (DKIM, SPF e DMARC) para o Exchange 2007. Por solicitação da Diretoria de Tecnologia e Informações.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39497	1,00	SV	SOFTWARE DKMI FOR EXCHANGE (LICENÇA DE USO 12 MESES)	4.500,00	4.500,00

Número da autorização: 000256/2021

Número do processo: 000124/2021

Data: 24/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: INDÚSTRIA E COMÉRCIO CARIMBOS CENTER LTDA.

Setor: DA - COORDENADORIA DE RECURSOS MATERIAIS

Objeto: Aquisição de carimbos para atender a diversos setores e Gabinetes da Alesc. A pedido da Coordenadoria de Recursos Materiais.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39498	22,00	UN	CARIMBO N 302	25,00	550,00
39499	7,00	UN	CARIMBO N 303	32,00	224,00
39500	1,00	UN	CARIMBO N 3068	58,00	58,00
39501	6,00	UN	CARIMBO N 355	45,00	270,00
39502	4,00	UN	CARIMBO N 3638	40,00	160,00

Número da autorização: 000257/2021

Número do processo: 000125/2021

Data: 25/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: PRODOCTOR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA

Setor: DRH - COORDENADORIA DE SAUDE E ASSISTENCIA

Objeto: Aquisição de peças de reposição do consultório odontológico. A pedido da Coordenadoria de Saúde e Assistência.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39503	1,00	PEÇA	ETIQUETA ELETRÔNICA DO EQUIPO HASTEFLEX DABI ATLANTE	237,00	237,00
39504	1,00	CONJUNTO	HASTER HASTEFLEX SEM PILOTO DABI ATLANTE	775,00	775,00
39505	2,00	METRO	MANGUEIRA 1/2	15,00	30,00
39506	2,00	METRO	MANGUEIRA 3/4	20,00	40,00
39507	4,00	METRO	MANGUEIRA 8 MM	9,00	36,00
39508	3,00	METRO	MANGUEIRA DE ÁGUA DA CUSPIDEIRA	9,00	27,00
39509	1,00	CONJUNTO	PEÇA DE MÃO FOTO LED DABI ATLANTE	467,00	467,00

Número da autorização: 000258/2021

Número do processo: 000126/2021

Data: 26/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: LAÇOS PARA SEMPRE

Setor: DG - COORDENADORIA DE EVENTOS

Objeto: Aquisição de 01 (uma) guirlanda de flores. Em função do falecimento do Ex Deputado Estadual Ivo Luis Knoll no dia 16-05-2021. A pedido da Coordenadoria de Eventos da ALESC.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39510	1,00	UN	COROA FUNEBRE DE FLORES NATURAIS.	405,00	405,00

Número da autorização: 000259/2021

Número do processo: 000127/2021

Data: 26/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: LAÇOS PARA SEMPRE

Setor: DG - COORDENADORIA DE EVENTOS

Objeto: Aquisição de 01 (uma) guirlanda de flores. Em função do falecimento do Ex Governador e Senador Casildo João Maldaner no dia 18-05-2021. A pedido da Coordenadoria de Eventos da ALESC

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39511	1,00	UN	COROA FUNEBRE DE FLORES NATURAIS.	1.005,00	1.005,00

Número da autorização: 000260/2021

Número do processo: 000128/2021

Data: 26/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A.

Setor: DA - COORDENADORIA DE SERVICOS TECNICOS

Objeto: Aquisição de materiais para execução de serviço com garantia por empresa responsável técnica pela manutenção de elevadores da marca/fabricante Atlas Schindler, localizados no Centro Administrativo Deputado Aldo Schneider a pedido da Coordenadoria de Serviços Técnicos da ALESC.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39512	3,00	UN	ANEL O NBR 70SHA 29,50 X 5,30MM	15,06	45,18
39513	1,00	UN	BOT CH EL NEO T MM EX CZ E 4P	155,00	155,00
39514	3,00	UN	BOT CH ELEV NEO LOP ST DESC MM EX CZ LE	155,00	465,00
39515	2,00	UN	BOT CH ELEV NEO LOP ST SUB MM EX CZ LE	155,00	310,00
39516	1,00	UN	CHICOTE ADAPT LUZ EMERG LE2 CAB	155,48	155,48
39517	1,00	UN	FONTE EMERG LE-2 12V CAB LAC/LUC	513,37	513,37
39518	4,00	UN	LUBRIFICADOR BKF 11/16 MM GUIA T127	143,87	575,48
39519	2,00	UN	PINO/PORCA DE FIXAÇÃO P/INDC. BOT.MX	187,27	374,54
39520	1,00	UN	SENSOR TEMP CAB NEOLIFT	113,67	113,67

Número da autorização: 000261/2021

Número do processo: 000129/2021

Data: 26/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: CASAS DA ÁGUA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

Setor: DA - COORDENADORIA DE SERVICOS TECNICOS

Objeto: Aquisição de cimento e barras de ferro para construção de uma base de concreto para suporte de estatueta no jardim do pilotis da Unidade Administrativa da ALESC. A pedido da Coordenadoria de Serviços Técnicos da ALESC.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39521	3,00	UN	BARRA DE AÇO CA 50 3/8 "PARA CONSTRUÇÃO (FERRO)	79,00	237,00
39522	3,00	SACO	CIMENTO SACO COM 50 KG	28,00	84,00

Número da autorização: 000262/2021**Número do processo:** 000130/2021**Data:** 26/05/2021**Valor desconto:** R\$ 0,00**Fornecedor:** SUPERMATEC SUPERMERCADÃO MAT DE COSTRUÇÃO LTDA**Setor:** DA - COORDENADORIA DE SERVICOS TECNICOS**Objeto:** Aquisição de pedrisco para construção de uma base de concreto para suporte de estatueta no jardim do pilotis da Unidade Administrativa da ALESC. A pedido da Coordenadoria de Serviços Técnicos da ALESC.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39523	10,00	SACO	PEDRA BRITADA PEDRISCO 20 KG	7,90	79,00

Número da autorização: 000263/2021**Número do processo:** 000131/2021**Data:** 26/05/2021**Valor desconto:** R\$ 0,00**Fornecedor:** MR FIBRAS LTDA**Setor:** DA - COORDENADORIA DE SERVICOS TECNICOS**Objeto:** Aquisição de tabletes de cloro para tratamento de água de reuso da chuva. A pedido da Coordenadoria de Serviços Técnicos da ALESC.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39524	300,00	UN	TABLETES DE CLORO	6,70	2.010,00

Número da autorização: 000264/2021**Número do processo:** 000132/2021**Data:** 26/05/2021**Valor desconto:** R\$ 0,00**Fornecedor:** FRANCISCA DE SANDE MORAES CPF 21625301391**Setor:** DG - ESCOLA DO LEGISLATIVO**Objeto:** Contratação da debatedora Francisca de Sande Moraes que participará de forma virtual do debate com as Deputadas no evento "Papó de Ideias com a Bancada Feminina da ALESC", num total de 12 horas/aula, no período compreendido entre os dias 27 de maio e 05 agosto de 2021. Dispensa de Licitação conforme entendimento do Tribunal de Contas do Estado.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39525	1,00	SV	PALESTRAS E CURSOS	1.379,28	1.379,28

Número da autorização: 000265/2021**Número do processo:** 000133/2021**Data:** 26/05/2021**Valor desconto:** R\$ 0,00**Fornecedor:** PAPERLOTTI PAPELARIA**Setor:** DL - COORDENADORIA DE DOCUMENTACAO**Objeto:** Aquisição de quadro mural, revestido de Cortiça com dimensão de 120 x 90 cm, atendendo a solicitação da Coordenadoria de Documentação.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39526	1,00	UN	MURAL (QUADRO) EM CORTIÇA	120,00	120,00

Número da autorização: 000266/2021**Número do processo:** 000134/2021**Data:** 27/05/2021**Valor desconto:** R\$ 0,00**Fornecedor:** CONSÓRCIO FENIX**Setor:** DRH - COORDENADORIA DE GESTAO E CONTROLE DE BENEFICIOS**Objeto:** Aquisição vales-transporte, sendo 80 (oitenta) do CONSÓRCIO FÊNIX e 120 (cento e vinte) do SETUF para o mês de junho de 2021, conforme solicitação da Coordenadoria de Gestão e Controle de Benefícios da ALESC.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39527	1,00	SV	VALE TRANSPORTE MUNICIPAL - CONSÓRCIO FÊNIX	350,40	350,40

Número da autorização: 000267/2021**Número do processo:** 000134/2021**Data:** 27/05/2021**Valor desconto:** R\$ 0,00**Fornecedor:** SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DA GRANDE FLORIANOPOLIS**Setor:** DRH - COORDENADORIA DE GESTAO E CONTROLE DE BENEFICIOS**Objeto:** Aquisição vales-transporte, sendo 80 (oitenta) do CONSÓRCIO FÊNIX e 120 (cento e vinte) do SETUF para o mês de junho de 2021, conforme solicitação da Coordenadoria de Gestão e Controle de Benefícios da ALESC.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39528	1,00	SV	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL - SETUF	788,00	788,00

Número da autorização: 000268/2021**Número do processo:** 000135/2021**Data:** 27/05/2021**Valor desconto:** R\$ 0,00**Fornecedor:** NACIONAL AUTOMAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**Setor:** DA - COORDENADORIA DE SERVICOS GERAIS**Objeto:** Calibração e Aferição das balanças de patrimônio 000.43428 e 000.11957 que estão localizadas no Setor de Expedição (Correios) da ALESC.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39529	1,00	SV	CALIBRAÇÃO E AFERIÇÃO DE BALANÇA TOLEDO PRIX 3/16	130,00	130,00
39530	1,00	SV	CALIBRAÇÃO E AFERIÇÃO DE BALANÇA TOLEDO 9094ii	130,00	130,00

Número da autorização: 000270/2021

Número do processo: 000136/2021

Data: 27/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP

Setor: DL - COORDENADORIA DAS COMISSOES

Objeto: Aquisição com aplicação de película jateada com as medidas: 2,10m x 1,40m, aproximadamente 3 m² para porta de vidro da sala de reuniões a pedido da Coordenadoria das Comissões da ALESC.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39533	1,00	SV	APLICAÇÃO DE PELÍCULA	300,00	300,00

Número da autorização: 000271/2021

Número do processo: 000137/2021

Data: 28/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: ROBERTA BELEM DA CRUZ ME

Setor: DG - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Objeto: Contratação de serviços de lavanderia: lavagem de jalecos da Coordenadoria de Saúde e Assistência e copa da Presidência. Conforme solicitação da Coordenadoria de Serviços Gerais da ALESC.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39534	11,15	SV	SERVIÇO DE LAVANDERIA	11,49	128,11

Número da autorização: 000272/2021

Número do processo: 000138/2021

Data: 31/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: GISELLE ROSSANA SCHELLMANN

Setor: DA - CRM - GERENCIA DE PATRIMONIO

Objeto: Contratação de empresa para conserto do microondas, patrimônio nº 001717/000430338. A pedido da Gerência de Patrimônio da ALESC.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39535	1,00	SV	CONserto DE FORNO MICROONDAS	140,00	140,00

Número da autorização: 000273/2021

Número do processo: 000139/2021

Data: 31/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: ATACADO LITORAL LTDA

Setor: DA - COORDENADORIA DE SERVICOS GERAIS

Objeto: Aquisição de equipamentos para atender as copas do Plenário, Plenarinho, Auditório e Sala de reuniões da Casa. Atendendo solicitação da Coordenadoria de Serviços Gerais.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39547	96,00	UN	COPO DE VIDRO 200ML, PARA AGUA	4,49	431,04
39548	96,00	UN	COPO DE VIDRO 310 ML, PARA ÁGUA	4,28	410,88
39549	24,00	UN	PORTA COPOS INOX	9,49	227,76
39550	96,00	UN	XICARA DE CAFE COM PIRES 90ML PORCELANA	13,45	1.291,20
39551	96,00	UN	XICARA DE CHA COM PIRES 200 ML PORCELANA	17,80	1.708,80
39552	10,00	UN	FUNIL DE PLASTICO GRANDE (18,5X15)	5,65	56,50
39553	10,00	UN	PENEIRA DE PLASTICO 9CM	5,49	54,90
39554	10,00	UN	PENEIRA DE PLASTICO 17 CM	9,49	94,90
39555	3,00	UN	PEGADOR DE GELO INOX 15CM	7,75	23,25

Número da autorização: 000274/2021

Número do processo: 000139/2021

Data: 31/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: ATACADO LITORAL LTDA

Setor: DA - COORDENADORIA DE SERVICOS GERAIS

Objeto: Aquisição de equipamentos para atender as copas do Plenário, Plenarinho, Auditório e Sala de reuniões da Casa. Atendendo solicitação da Coordenadoria de Serviços Gerais.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39556	1,00	UN	ESTERILIZADOR DE XÍCARAS EM AÇO INOX	532,49	532,49

Número da autorização: 000275/2021

Número do processo: 000139/2021

Data: 31/05/2021

Valor desconto: R\$ 0,00

Fornecedor: ATACADO LITORAL LTDA

Setor: DA - COORDENADORIA DE SERVICOS GERAIS

Objeto: Aquisição de equipamentos para atender as copas do Plenário, Plenarinho, Auditório e Sala de reuniões da Casa. Atendendo solicitação da Coordenadoria de Serviços Gerais.

Código	Quantidade	Unidade	Material	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
39557	20,00	METRO	PASSADEIRA EMBORRACHADA DE 65CM DE LARGURA	31,80	636,00

Totalizador da(s) Autorização(ões) (R\$): 78.583,63

Processo SEI 21.0.00000248-5

* * *